



**PROJETO: DIAGNÓSTICO DE VIOLÊNCIA E ATUALIZAÇÃO DE PLANO DE SEGURANÇA
DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**

Prestação de serviços ao Município de Jundiaí, por meio da sua Unidade de Gestão de Segurança Municipal, na área de estudos e pesquisas, objetivando a elaboração de diagnósticos da violência e atualização do Plano de Segurança para o Município

PRODUTO 3: Relatório contendo o diagnóstico de políticas públicas do município e linhas gerais para o plano municipal de segurança pública

(CONTRATO Nº 046/2022)

Dezembro/2022-Maio/2023

FICHA INSTITUCIONAL

<p>Conselho de Administração Cássio Thyone A. de Rosa - Presidente</p> <p>Conselheiros Elizabeth Leeds – <i>Presidente de Honra</i></p> <p>Alexandre Pereira da Rocha Arthur Trindade M. Costa Daniel Ricardo de Castro Cerqueira Denice Santiago Edson Marcos Leal Soares Ramos Isabel Figueiredo Juliana Lemes da Cruz Marlene Inês Spaniol Paula Ferreira Poncioni Roberto Uchôa</p> <p>Conselho Fiscal Lívio José Lima e Rocha Marcio Júlio da Silva Mattos Patrícia Nogueira Proglhof</p>	<p>Diretor Presidente Renato Sérgio de Lima</p> <p>Diretora Executiva Samira Bueno</p> <p>Coordenador de Projetos David Marques</p> <p>Coordenação Institucional Juliana Martins</p> <p>Supervisão do Núcleo de Dados Isabela Sobral</p> <p>Equipe Técnica Amanda Lagreca Cardoso Betina Warmling Barros Dennis Pacheco Talita Nascimento Thais Carvalho (estagiária)</p> <p>Supervisão Administrativa e Financeira Débora Lopes</p> <p>Equipe Administrativa Elaine Rosa Sueli Bueno Antônia de Araujo</p>
---	---

FICHA TÉCNICA PROJETO

Supervisão Geral

Renato Sérgio de Lima

Coordenação de projetos

David Marques

Consultores seniores

Isabel Figueiredo

Tulio Kahn

Edson Ramos

Consultoria técnica

Cristiane De Leo Ballanotti

Henrique Macedo

Isabella Gama

Estéfany Monteiro

Equipe

Amanda Lagreca

Thais Carvalho (estagiária)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO.....	4
O PAPEL DO MUNICÍPIO NA SEGURANÇA PÚBLICA	6
ESTRUTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM JUNDIAÍ.....	10
Unidade de Gestão de Segurança Municipal.....	14
Guarda Municipal de Jundiaí	27
Unidades Estaduais de Segurança Pública em Jundiaí	34
PAPEL DOS OUTROS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA: PROGRAMAS E INICIATIVAS DE PREVENÇÃO.....	37
Unidade de Gestão - Governo e Finanças.....	38
Casa Civil	39
Unidade de Gestão - Educação	40
Unidade de Gestão - Esporte e Lazer.....	42
Unidade de Gestão - Desenvolvimento e Assistência Social	43
Unidade de Gestão - Cultura.....	44
Unidade de Gestão - Promoção da Saúde	45
Unidade de Gestão - Mobilidade e Transporte	46
Unidade de Gestão - Planejamento Urbano e Meio Ambiente.....	46
Observatório	48
INSTRUMENTOS QUE ATUALMENTE NORTEIAM A SEGURANÇA MUNICIPAL.....	50
BASES PARA UM NOVO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.....	63
Princípios e Diretrizes	66
Objetivos da Política de Segurança.....	67
Eixos e Ações.....	67

ANEXO I - Boas Práticas Municipais na Segurança Pública - Benchmarks	73
ANEXO II – Entrevistas Realizadas	80
ANEXO III – Questionários enviados/respondidos	82
ANEXO IV – Documentos Solicitados/Recebidos	83

APRESENTAÇÃO

O presente documento consiste no Produto 3 do contrato nº 046/2022, desenvolvido mediante prestação de consultoria técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública à Prefeitura Municipal de Jundiaí, por meio de sua Unidade de Gestão de Segurança Municipal. Trata-se de relatório contendo a) diagnóstico qualitativo com apresentação das políticas públicas e ações de segurança desenvolvidas pelo Município; e b) linhas gerais para elaboração do novo plano municipal de segurança, a serem validadas pela gestão municipal e submetidas à audiência pública.

INTRODUÇÃO

Este documento tem dois propósitos essenciais. O primeiro deles é complementar a análise acerca da situação da violência, da criminalidade e da segurança no Município de Jundiaí, apresentada no Produto 2, trazendo informações qualitativas acerca das políticas públicas implementadas e das ações executadas pelo município em relação ao tema. Para tanto, foram realizadas visitas, entrevistas, questionários, e análise documental que possibilitaram compreender o cenário local a partir de perguntas orientadoras como: o que faz a Guarda Municipal? Quais os incrementos às ações municipais pretendidos e alcançados com a criação da Unidade de Gestão de Segurança Municipal? Como se dá a integração entre os diversos órgãos municipais no que diz respeito às ações relacionadas à segurança? Como o município se relaciona com os órgãos estaduais de segurança? Essas estratégias de pesquisa possibilitaram não apenas mapear a atuação de Jundiaí na área como, também, identificar oportunidades de melhoria.

As oportunidades de melhoria, somadas a uma análise do plano municipal de segurança atualmente existente e do processo de sua implantação, permitiram que chegássemos ao segundo propósito deste documento: a elaboração de uma proposta de linhas gerais para um novo plano de segurança que, dialogando com o vigente e após escuta da população e validação da gestão, pretende ampliar a atuação do município na pauta com vistas a tornar Jundiaí ainda mais segura e perpassada pela cultura da paz, com uma sensação de segurança aprimorada, de modo que possa servir de referência em segurança municipal no Estado de São Paulo.

Este documento está estruturado em quatro partes. A primeira aborda brevemente as possibilidades de atuação e o papel fundamental que vem sendo ocupado pelos municípios brasileiros na segurança pública, em especial nas ações de prevenção. A segunda versa sobre a atuação de Jundiaí na segurança, a partir das perguntas mencionadas anteriormente. Esta parte visa, essencialmente, descrever e, na medida do possível, analisar, o panorama atual da gestão municipal da segurança. Em

sequência, no terceiro tópico, resgata-se o plano de segurança em vigor, de 2015, e os Planos Plurianuais de 2018/2021 e 2022/2025, buscando atualizar o cenário da sua construção e compreender o que foi efetivamente executado a partir do planejado. A quarta e última parte apresenta as diretrizes e linhas gerais para a elaboração do novo Plano de Segurança do município.

O PAPEL DO MUNICÍPIO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A maior compreensão das diversas dimensões que envolvem a segurança pública, ocorrida no Brasil nas últimas décadas, vem impactando profundamente a atuação dos municípios nesta seara. Em breve resumo, podemos afirmar que há, atualmente, um consenso no sentido de que políticas de segurança devem congrega ações de prevenção, de forma a ultrapassar a atuação policial e abarcando políticas sociais e intersetoriais, e ações de repressão qualificada. Isso implicou rever as possibilidades de implementação de ações pelos municípios atinentes à segurança de modo que este ente federativo vem se apresentando, cada vez mais, como um ator privilegiado na condução de ações de prevenção.

De acordo com a Constituição Federal, as atribuições na segurança são prioritariamente da União e dos Estados, e os municípios são mencionados apenas a partir da possibilidade de “constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações” (artigo 144, § 8º). As limitações do texto constitucional - que, mesmo em relação aos demais entes federativos, resume segurança à atuação das forças de segurança - não refletem as demandas sociais e, menos ainda, se traduzem em um sistema compreensivo de políticas públicas transversais fundamental para a construção de uma cultura de paz e para a garantia da segurança da população.

Apesar de mais de 85% da população brasileira estar concentrada no espaço urbano e os demais 15% desfrutarem de seus serviços, a Constituição brasileira, como mencionado, dedicou pouca atenção ao papel dos municípios nessa área das políticas públicas. Isso não significa, contudo, que gestores municipais devam se ater somente à criação de guardas municipais nas cidades: questões como cuidar dos espaços públicos, facilitar a convivência entre os moradores, promover a cultura da paz, proteger áreas vulneráveis, desenvolver políticas de ampliação de emprego e renda, reduzir a evasão escolar, proporcionar espaços e atividades de esporte, lazer e cultura, reduzir e prevenir a violência urbana e sua reprodução também são assuntos que podem e devem ser tratados pelo planejamento municipal de segurança pública.

Essa nova percepção do papel dos municípios na segurança pública tem relação direta com a compreensão de que o sentimento de segurança não está apenas relacionado a um modelo de controle do crime por meio da polícia e da prisão, mas, também, depende da realização de projetos bem elaborados nessa área, além das condições de uso e conservação dos espaços e serviços públicos. No mesmo sentido, é importante lembrar que a população tem no município o poder visível do Estado e, portanto, dirige a ele as cobranças e insatisfações decorrentes do aumento da criminalidade que assola o país há alguns anos. Na prática isso significa dizer, por exemplo, que é na casa do prefeito que o comerciante vai bater quando seu estabelecimento é assaltado.

Em vista de uma atuação integral que mobilize poder público, setor privado e sociedade civil, e inspirados em casos exitosos de outros países e agências multilaterais, municípios brasileiros começaram, desde o início dos anos 2000, a implementar modelos de gestão integral da segurança urbana, visando agir sobre as fragilidades que tornam determinados espaços e grupos mais vulneráveis à ocorrência e reprodução da violência e insegurança. Esse esforço envolveu programas das secretarias municipais e todos os órgãos da prefeitura que poderiam atuar em assuntos de prevenção da violência e da criminalidade nas cidades. Demonstrou, ademais, que os municípios têm a sua disposição diversos instrumentos de gestão da segurança pública nas áreas urbanas que envolvem não somente a guarda municipal e a criação de uma secretaria de segurança, mas também diversas pastas municipais que possam ter repercussão relevante sobre a segurança cidadã.

Essa nova visão acerca das possibilidades de atuação dos municípios na segurança foi incentivada pelo Governo Federal, especialmente entre 2003 e 2018, mediante a criação de programas que contemplavam esse ente federativo e o consequente repasse de recursos federais para as cidades. Alguns marcos na atuação de fomento do Governo Federal à ampliação do papel dos municípios na segurança merecem ser mencionados, dentre eles o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o PRONASCI, criado em 2007 e que, dentre outros objetivos, visava fortalecer a articulação de políticas específicas de segurança com ações sociais e possibilitou a

ampliação do aporte de recursos federais nesse sentido. Em 2023, o Governo Federal relançou o PRONASCI, inaugurando o PRONASCI 2, dando continuidade às ações de fomento à gestão municipal.

Em 2014, foi publicado o Estatuto Geral das Guardas Municipais, Lei Federal nº 13.022, que respeitou os dizeres constitucionais sobre sua competência de atuação e esclareceu a importância de seu papel na promoção da paz social. Em paralelo à construção deste importante marco legal de atuação das Guardas, também foi sendo consolidado nos municípios o conceito de segurança cidadã, que comporta não apenas ações de repressão qualificada, mas também, e essencialmente, foca na promoção da segurança e na redução da violência a partir de políticas preventivas intersetoriais e inclusivas que busquem identificar e debelar as causas das violências e da criminalidade, amortecendo fatores de risco.

Esses conceitos foram abraçados pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e ressalta a necessidade de ação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. A Lei nº 13.675, de fato, propõe instrumentos que sustentam a ação preventiva e repressiva da prefeitura municipal para a garantia da segurança pública nas cidades, sugerindo abordagens atuais que ultrapassam o mero alcance da ação policial e se fazem refletir também em um urbanismo social e até na ressocialização dos apenados.

Nesse caminho, é importante a criação de uma Política Municipal de Segurança Urbana que ultrapasse a atuação da Guarda Municipal. Se o município quer realmente atuar na área de segurança pública, é conveniente criar as diversas instituições e órgãos que vão gerir o sistema. As guardas têm um papel complementar relevante no sistema de segurança pública e dão autonomia para que as prefeituras coordenem algumas atividades como proteção de parques e escolas, fiscalização ambiental, fiscalização de ambulantes ilegais, desordens e diversas outras atividades. A ideia principal não é emular a Polícia Militar, mas aproveitar essa proximidade com a população da cidade para desenvolver o policiamento comunitário ou ações proativas e preventivas. As

atividades de apoio aos outros órgãos municipais - como secretarias de assistência social, saúde e educação - são parte importante da atividade cotidiana das guardas.

Porém, para além da Guarda, é fundamental que as diversas áreas do governo incorporem a preocupação com a segurança em suas próprias políticas e que existam instâncias e instrumentos de governança que possibilitem a articulação intersetorial na sua implementação.

A atuação de Jundiaí, colocando a segurança pública enquanto um eixo prioritário dentro do rol das políticas públicas, deve ser ressaltada e destacada, à medida que a existência de uma guarda ativa e de uma preocupação em integrar as políticas públicas não tem sido a tônica na maior parte dos municípios brasileiros. Um desafio que se coloca, como veremos a seguir, é o desenvolvimento de uma política municipal de segurança articulada e integrada, com um sistema de governança eficiente e que ultrapasse os muros da Guarda Municipal e da Unidade de Gestão de Segurança Municipal.

ESTRUTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM JUNDIAÍ

Em geral, no Brasil, a guarda civil pode estar vinculada diretamente ao prefeito ou a alguma outra secretaria municipal (justiça, cidadania etc.), mas o ideal é que haja uma secretaria de segurança municipal independente e dedicada ao tema, como ocorre em Jundiaí, pois segurança pública municipal vai muito além das ações da Guarda e de ações repressivas – a existência de um órgão formalmente estabelecido para cuidar da gestão desta política demonstra uma visão mais ampla da consolidação de uma cultura de paz e de uma cidade preocupada com a segurança pública. Normalmente, a Secretaria pode coordenar ações preventivas e estratégicas, contratos de segurança privada feitos pelo município e projetos de outros órgãos que têm interligação com o tema de segurança. É um órgão de natureza mais estratégica, que traça as grandes diretrizes e políticas da cidade com relação à segurança, enquanto a Guarda tem um caráter mais operacional.

As guardas, principalmente se tiverem a intenção de trabalhar armadas - como ocorre em Jundiaí - devem ser monitoradas de perto pelo Município, pois existem riscos tanto para os munícipes quanto para os operadores. Pode-se constituir uma Ouvidoria Geral do Município ou uma Ouvidoria da Guarda - que é um órgão de controle externo, diferente da Corregedoria, que faz investigações internas - específica para a Segurança. Esta Ouvidoria recebe denúncias, elogios, acompanha casos de abusos decorrentes de ações da Guarda, sistematiza dados e ao final produz relatórios com recomendações para a melhoria dos serviços prestados. O órgão temático não existe em Jundiaí.

Ainda dentro de um modelo “ideal”, enquanto a Secretaria coordena ações do município na segurança, o Gabinete de Gestão Integrada (GGIM) faz a intermediação entre a prefeitura e outros órgãos públicos, como polícias estaduais, secretarias estaduais e nacionais, Ministério Público, Poder Judiciário, etc. É importante a participação do próprio Prefeito e/ou do Secretário Municipal de Segurança para dar legitimidade ao Gabinete. Embora exista formalmente em Jundiaí, a informação é que o GGIM tem recursos e atuação limitada, como veremos adiante.

Esta estrutura é custosa e, considerando que os orçamentos públicos são limitados, é importante pensar na constituição de um Fundo Municipal - que em Jundiáí existe apenas formalmente - para ajudar a custear as ações de segurança pública. Os fundos específicos são instrumentos para vincular recursos a áreas que se julgam prioritárias, de modo a evitar que os recursos sejam afetados por oscilações políticas. Eles ajudam a institucionalizar os projetos e órgãos, evitando que desapareçam com as trocas de governo.

Os Conselhos são instituições inspiradas na filosofia de segurança cidadã e auxiliam a prefeitura a pensar nos rumos da segurança, em conjunto com a sociedade civil. O Conselho Municipal de Segurança é um órgão consultivo que ajuda a pensar as macropolíticas de segurança. Composto por representantes das forças de segurança e de outros órgãos públicos, além de representantes da sociedade civil e especialistas na área, ele se reúne algumas vezes ao ano ou é convocado em alguma situação excepcional. Ele assessora o Secretário e o prefeito, propondo leis, políticas, analisando as tendências criminais, avaliando a eficiência das políticas executadas e opinando de modo geral sobre a gestão. Os modelos de Conselhos nos municípios são diversos, e aqui, vale enfatizar a necessidade de ser um órgão de participação e de escuta qualificada.

Já os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) são órgãos de participação das comunidades locais, que se reúnem de forma mais frequente, com a presença de moradores, comerciantes, trabalhadores e outros com interesse na segurança do bairro. Os Conselhos são ferramentas tanto para ouvir as demandas da população quanto para comunicar ações de segurança pública da região. A GM de Jundiáí participa rotineiramente das reuniões dos Consegs, que são organizados pelo sistema estadual de segurança, com a participação das diferentes esferas e órgãos de atuação da segurança. Destaca-se o caráter integrativo e intersetorial dos Consegs, que podem ser aprimorados, e serão tratados no Plano Municipal de Segurança.

O Observatório é um órgão municipal criado para produzir análises de tendências criminais e dar subsídios para a orientação de políticas de segurança pública, bem como para pautar as ações – como a orientação do policiamento – com o objetivo

de obter maior eficácia e eficiência nessas ações, a partir da identificação de fatores de risco para a violência, bem como para a identificação de padrões temporais, geográficos, socioeconômicos, relacionais e circunstanciais sobre aqueles incidentes. Eles têm como membros os representantes de diversos setores que têm atuação sobre o problema da criminalidade, tanto do ponto de vista preventivo quanto repressivo. Jundiaí conta com um observatório municipal de dados para todas as áreas, mas sua função atual parece se limitar a dar transparência aos dados, que são divulgados em nível de agregação municipal. O Observatório conta com recursos limitados e não se envolve diretamente na gestão das pastas, e não tem por praxe utilizar dados para além daqueles produzidos pelo município.

Os Planos – Diretor e de Segurança – são instrumentos de governança importantes dentro da engrenagem da segurança municipal. Boa parte dos problemas que contribuem para o aumento da criminalidade e da violência urbana poderiam ser evitados preventivamente com um Plano Diretor da cidade consistente e bem elaborado. O Plano Diretor tem caráter preventivo, na medida em que é um macro organizador da cidade e suas atividades: diz se, para onde, quanto e em que condições a cidade deve crescer, além de organizar o espaço e as atividades sociais e econômicas que podem ser desenvolvidas nele. Ele deve ser revisado de tempos em tempos e elaborado pela prefeitura com a ajuda da Câmara dos Vereadores, urbanistas, especialistas de diversas formações técnicas, ouvidas a população e as secretarias municipais, entre outros atores.

O Plano Municipal de Segurança deve ser o “Plano Diretor” para a área e seu processo de elaboração deve ser semelhante, ainda que em escala menor, ao processo de elaboração de um Plano Diretor: com consulta popular, aprovação em lei municipal, ter cláusulas de revisões periódicas, metas, princípios e assim por diante. O diálogo, na formulação e na pactuação do Plano, com os diversos atores que se relacionam com a segurança pública é ponto que deve ser observado.

A estrutura da segurança pública municipal em Jundiaí articula unidades de execução e alguns instrumentos e instâncias de governança. A execução e operacionalização da atuação do município nas ações de segurança estrito senso é feita

pela Guarda Municipal de Jundiaí (GMJ) e pela Unidade de Gestão de Segurança Municipal (UGSM). No mesmo sentido, já existem os instrumentos - o Fundo Municipal de Segurança, o Plano Municipal de Segurança e o Plano Diretor - e as instâncias fundamentais para a articulação de uma política pública de segurança como os seguintes espaços de governança e participação social: o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), o Conselho Municipal de Segurança e os Conselhos Comunitários de Segurança. O município tem, ainda, uma Ouvidoria e um Observatório, que abarcam todas as áreas da gestão municipal e não são específicos da UGSM ou da GMJ.

Sabemos que uma coisa é a existência formal de uma instituição e outra seu funcionamento de forma satisfatória. Do ponto de vista formal, é digno de nota que Jundiaí conta com todas as instituições de segurança recomendadas pelos especialistas em segurança municipal. Trata-se de aperfeiçoá-las; muitas das instituições criadas não parecem ainda funcionar a contento, como será apresentado a seguir.

No que diz respeito a outros municípios brasileiros e sua atuação na segurança pública, vemos que Jundiaí se destaca pela grande relevância dada à pasta. Na MUNIC de 2020, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais feita pelo IBGE, questionou-se a respeito da existência da Guarda Municipal – apenas 1.256, dos 5.568 municípios do Brasil, informaram a existência do órgão. Na pesquisa anterior, feita em 2019, questionou-se sobre outros órgãos municipais relacionados com a segurança pública. A respeito da existência de Conselho Municipal de Segurança Pública, presente em Jundiaí, 828 municípios brasileiros afirmaram possuir o órgão. Sobre o Conselho Comunitário, foram 1.394 municípios que informaram ter o órgão presente. No que diz respeito ao Fundo Municipal de Segurança Pública, apenas 362 informaram possuir e, por fim, o Plano Municipal de Segurança Pública está presente em apenas 285 municípios. Jundiaí, em todos os casos, afirmou possuir os mecanismos questionados; e esses serão melhor analisados ao longo do presente diagnóstico.

Unidade de Gestão de Segurança Municipal

Pelo menos desde 2006, conforme consta no Plano Municipal de Prevenção da Violência e Promoção da Segurança Pública produzido naquele ano, já se identificava a necessidade de fortalecimento da governança das ações de segurança de Jundiaí. Para ampliar a articulação e a integração dos diferentes atores envolvidos com o tema, pensou-se na criação de uma pasta específica que ficasse responsável pela produção de informações e coordenação das políticas públicas de segurança.

A Unidade de Gestão de Segurança Municipal (UGSM) de Jundiaí foi criada no ano de 2017 pela lei municipal nº 8.763, que tratou da reforma da Administração Pública e prevê que cabe ao órgão coordenar as ações e políticas de segurança, proteção de bens e serviços da cidade. A UGSM foi criada com a seguinte estrutura: Departamento de Planejamento, Gestão e Finanças; Departamento de Inteligência em Assuntos de Segurança Municipal, Guarda Municipal e Unidade de Entregas Setorial – essa última ainda não instalada.

Até a criação da UGSM, a Guarda Municipal estava ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito e subordinada à Casa Civil, que também centralizava o comando da Defesa Civil. Na reforma administrativa implementada no município, os elaboradores do novo desenho de gestão compreenderam que deveria ser criada uma Unidade de Gestão para a Segurança Municipal para auxiliar o chefe do Executivo em âmbito estratégico.

A compreensão era de que havia necessidade de tratar a matéria de maneira específica, cuja gestão deveria ser, assim como em outras áreas do governo, de responsabilidade de especialista que pudesse fomentar a eficiência municipal nas políticas públicas da área. Neste sentido, as principais atribuições do novo cargo seriam de exercer a gestão e a supervisão da estrutura de segurança municipal, incluindo a Guarda Municipal; auxiliar o Prefeito na proposição de políticas e diretrizes da área; apoiar a elaboração do planejamento do governo para área, além de coordenar e monitorar as políticas governamentais.

Orçamento

A pasta conta com recursos oriundos, sobretudo, do próprio orçamento municipal para manutenção dos seus serviços, tendo entre 2016 e 2021, empenhado cerca de R\$ 334.542.282,43 milhões¹. Durante o período, o valor empenhado pelo município para a área cresceu de um ano para outro, exceto de 2019 para 2020. O destaque para o aumento dos valores foi de 2017 a 2018, quando o aporte para área foi superior a 6 milhões.

No período analisado, conforme se verifica a seguir, é possível constatar que a maior parte do valor empenhado foi paga no decorrer do ano fiscal, o que sugere a manutenção do investimento na área. Não é possível, porém, a partir da documentação analisada, discriminar todos os gastos, já que eles são apresentados por funções. Apesar de considerado para fins de prestação de contas na área de Segurança Pública, a Defesa Civil não está sob a responsabilidade da Unidade de Gestão de Segurança Municipal, mas sim da Casa Civil do município.

Tabela 1 – Execução do Orçamento da Segurança Pública de Jundiaí 2016-2021, por ano

Ano	Empenhado	Liquidado	Pagas
2016	48.564.834,43	45.407.580,40	43.397.632,18
2017	50.418.760,63	48.996.775,55	48.610.189,95
2018	56.820.967,44	55.838.702,77	55.379.630,02
2019	58.937.160,17	53.776.881,17	53.562.534,02
2020	57.397.504,12	55.184.511,55	55.078.769,53
2021	62.403.055,64	56.940.896,63	56.718.654,01

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De todas as funções discriminadas, a que mais consome o orçamento é Administração Geral, variando entre 70% e 80% de todo orçamento geral, seguida por Policiamento e Defesa Civil.

Tabela 2 - Execução do Orçamento da Segurança Pública de Jundiaí 2016-2021, por função e por ano

Ano	Administração Geral	Policiamento	Defesa Civil	Demais Subfunções	Total Geral
2016	42.011.792,24	5.726.328,04	826.714,15	-	48.564.834,43

¹Dados Coletados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, Relatórios Anuais da Prefeitura de Jundiaí.

https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf. Acesso em: 21/03/2023.

2017	44.461.281,93	5.312.956,28	644.522,42	-	50.418.760,63
2018	44.797.864,70	11.353.701,89	669.400,85	-	6.820.967,4
2019	45.738.958,61	12.549.722,39	648.479,17	-	58.937.160,17
2020	47.126.163,21	9.602.689,83	668.651,08	-	57.397.504,12
2021	47.873.137,08	13.709.751,54	820.167,02	-	62.403.055,64

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Fórum Brasileiro de Segurança Pública,

Chama a atenção que, após 2017, houve um aumento constante do total empenhado para o policiamento, exceto em 2020, em que houve um recuo neste gasto. A função Administração Geral seguiu aumentando e a verba da Defesa Civil oscilou sempre em percentuais menores que 2% do orçamento total. Avaliar o investimento em Defesa Civil não é função deste trabalho, mas vale registrar que, historicamente, o Brasil não investe nesta área, muito menos em prevenção de desastres, ficando posteriormente um saldo negativo de vidas e prejuízos.

Tabela 3 – Tabela Percentual do Orçamento Empenhado Por Ano e Função

Ano	Administração Geral	Policiamento	Defesa Civil	Demais Subfunções	Total Geral
2016	86,51%	11,79%	1,70%	0,00%	100,00%
2017	88,18%	10,54%	1,28%	0,00%	100,00%
2018	78,84%	19,98%	1,18%	0,00%	100,00%
2019	77,61%	21,29%	1,10%	0,00%	100,00%
2020	82,10%	16,73%	1,16%	0,00%	100,00%
2021	76,72%	21,97%	1,31%	0,00%	100,00%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ao comparar os dados da prestação de contas para o SICOFI e o detalhamento financeiro da Prefeitura para área, em 2021, foi possível verificar que, além dos 62 milhões investidos, houve um aporte de mais 10 milhões, totalizando mais de 72 milhões investidos. A diferença parece estar nas diferentes fontes de investimentos utilizadas: além de recursos próprios que contam inclusive com pequenas emendas, o município foi hábil em conseguir aportes extras através de convênios e linhas de créditos para projetos. Em 2021, seis diferentes fontes aportaram recursos na área, conforme se verifica a seguir.

Tabela 4 - Valores Empenhados e Requisitados pela Prefeitura para área de Segurança Pública em 2021, por Fonte

Fontes	Valor Empenhado	Valor Requisitado
--------	-----------------	-------------------

Própria	67.486.926,23	103.360,30
FINISA/Veículos/Projetos Infra	2.558.196,00	-
MSP/SNSP/MODERNIZAÇÃO DA UGSM /SICONV/2746/2019	1.412.069,81	210.000,00
BNDES/FINEM	390.205,60	646.000,00
CEF-MODERNIZAÇÃO DA FROTA DA GM-BASE COM. MÓVEL	239.900,00	-
EMENDA 412600 03/MODERN. DA FROTA GUARDA MUNICIPAL	88.050,00	-
Total Geral	72.175.347,64	959.360,30

Fonte: Prefeitura de Jundiaí; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os recursos da área são oriundos de fonte própria, demonstrando que Jundiaí é um município que tem larga capacidade de investimento na área de Segurança Pública. As despesas foram sinalizadas em dez tipos de ações diferentes e a maior parte do gasto é descrita como sendo para Despesas com Pessoal e Encargo. Em segundo lugar, porém em valor bem menor, aparecem os gastos com a Operacionalização do sistema de Videomonitoramento, seguido pelo Gerenciamento de Frotas de Veículos.

Tabela 5 - Valores Empenhados e Requisitados pela Prefeitura para área de Segurança Pública em 2021, por Ação

Ação	Valor Empenhado	Valor Requisitado
Despesas com Pessoal e encargos	58.000.375,15	-
Operacionalização do sistema de Videomonitoramento	5.327.734,97	-
Gerenciamento de Frota de Veículos	2.838.674,66	300.591,99
Construção do Canil da Guarda	2.558.196,00	-
Aparelhamento dos Profissionais da Guarda	1.363.877,50	-
Município Seguro	694.205,60	646.100,00
Manutenção das Operações e Instalações da Segurança	684.577,90	5.490,51
Adiantamentos, Viagens e Capacitações	399.612,40	-
Gerenciamento Operacional da Unidade de Gestão	276.913,46	7.177,80
Construção Sede da Guarda	31.180,00	-
Total Geral	72.175.347,64	959.360,30

Fonte: Prefeitura de Jundiaí; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Como um retrato geral da Administração Pública, fica evidente que as maiores despesas da pasta são de folha de pagamento, incluindo de horas extras, e manutenções gerais, sendo menor o poder de investimento. Entretanto, verifica-se que foi possível obter, através de parcerias e linhas de créditos, recursos para suprir essas demandas. Na tabela abaixo é possível observar que foram gastos mais de 2 milhões de reais com equipamentos e material permanente, obras e instalações e serviços para melhorias.

Tabela 6 - Valores Empenhados e Requisitados pela Prefeitura para área de Segurança Pública, por Elemento de Despesa

Elemento de Despesa	Valor Empenhado	Valor Requisitado
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	43.015.564,42	-
Obrigações Patronais Intraorçamentárias	10.127.238,07	-
Outros Serv. Terceiros-Pessoa Jurídica	7.496.652,36	25.287,50
Outras despesas Variáveis - Pessoal Civil	3.318.825,29	-
Obras e Instalações	2.558.196,00	300.100,00
Equipamentos e Material Permanente	2.498.558,23	592.998,00
Material de Consumo	1.458.077,09	40.974,80
Auxílio Transporte	1.084.477,60	-
Obrigações Patronais	275.849,77	-
Outros Benefícios Assistenciais	178.420,00	-
Serviço de Consultoria	75.000,00	-
Serviços de TIC ²	29.860,00	-
Passagens e Despesas com Locação	23.153,60	-
Indenizações e Restituições	19.475,21	-
Premiações Cult. Art. Cient. DESP. e Outras	16.000,00	-
Total Geral	72.175.347,64	959.360,30

Fonte: Prefeitura de Jundiá; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

É necessário, contudo, ponderar que as descrições do plano de trabalho não são suficientes para compreender o cenário total dos gastos e seus fluxos, visto que muitas categorias são demasiadamente amplas, como as duas primeiras da tabela seguinte. Por mais que, para fins de prestação de conta auxiliem, não conhecer no detalhe o plano de trabalho em que a dotação orçamentária está sendo empenhada ou requisitada pode causar opacidade e dificultar a avaliação da aplicação de tais recursos.

Tabela 7 - Valores Empenhados e Requisitados pela Prefeitura para área de Segurança Pública por Plano de Trabalho, em 2021

Plano de Trabalho	Valor Empenhado	Valor Requisitado
Despesas com Manutenção de Pessoal e Encargos	58.000.693,15	
Despesas Operacionais, Administrativas e Finalísticas	13.286.585,90	959.360,30
Contratos de Locação	470.335,31	
Despesas com Cursos e Treinamentos	397.583,44	
Indenizações e Restituições	19.475,21	
Despesas com Viagens e Hospedagens	344,63	
Emenda - Custeio	330,00	
Total Geral	72.175.347,64	959.360,30

² Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Fonte: Prefeitura de Jundiaí; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Ao comparar os dados fornecidos pela Prefeitura de Jundiaí e os dados obtidos por entrevistas, é possível verificar que há uma priorização da criação e aperfeiçoamento de infraestruturas básicas. Neste sentido, é importante registrar os esforços para obtenção de verba própria do BNDES para Segurança Pública, que, dentre outras ações, será utilizada na construção da sede própria da Unidade de Gestão de Segurança Municipal. Vale destacar ainda a meta de aumentar a rede de videomonitoramento, chamada “muralha virtual”, prevista no Objetivo Cidadão Protegido do Plano Plurianual 2018/2021.

Na nova sede, além da UGSM e da Guarda Municipal, estarão a Defesa Civil e o SAMU/SAEC, o que tornará o espaço um centro estratégico e operacional de ponta. Ainda que seja relevante mencionar a possibilidade de integração entre os equipamentos na UGSM, há um rol muito grande de atuação da segurança pública no município, mesmo nos casos em que demais pastas poderiam atuar. O destaque aqui vai para o questionamento sobre a necessidade de que esses órgãos estejam dentro do guarda-chuva da Unidade de Gestão, e a revisão da possibilidade de responsabilização de demais esferas para tanto.

Gestão

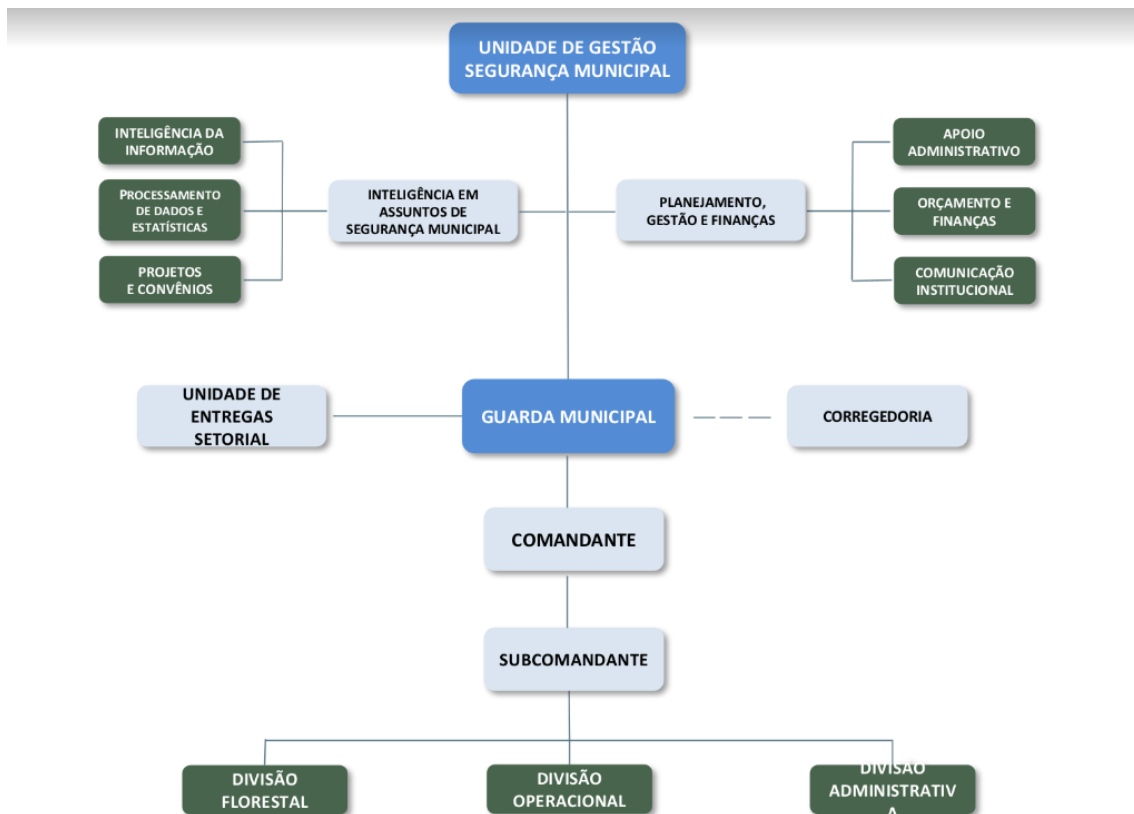
Considerando que a criação da pasta de Segurança Municipal é recente, percebe-se certa dificuldade em distinguir as funções da UGSM e da GMJ. A própria alteração do desenho administrativo impôs a necessidade de pensar o desenvolvimento da gestão e planejamento da pasta, conjugado com as demandas da GMJ. Ainda não existe, contudo, um planejamento estratégico sistematizado, que oriente as ações da pasta e embase não apenas o próprio desenvolvimento institucional como, também, sua integração com as demais pastas do governo e o incremento institucional da Guarda – o Plano Municipal de Segurança tem o potencial de colaborar nesse planejamento, e está de acordo com a visão da gestão de repensar e reestruturar suas funções e sua

articulação com demais órgãos, assim como a preocupação, já presente, de fortalecimento da governança, ponto que também será tratado no Plano de Segurança.

Na prática, o que se verifica é a compreensão institucional de que a UGSM serve para auxiliar a Guarda a executar sua missão, dando condições para o seu pleno funcionamento. Em paralelo a isso, a UGSM também auxilia na modelagem de projetos que são executados pela GMJ, oriundos da iniciativa da gestão ou de demandas externas e que atendem a necessidades específicas. Não há, assim, um conjunto de ações planejadas e coordenadas com as demais agências de Segurança Pública existentes no Município ou com as demais Unidades de Gestão nem um olhar mais ampliado sobre o cenário local. Assim, há a necessidade de articular as ações feitas por demais órgãos – mesmo que não em nível de gestão municipal – que atuam na temática de forma a complementar e integrar as ações, com as suas devidas responsabilidades.

A atuação pautada essencialmente pelo atendimento a demandas e dissociada de um planejamento de médio prazo resultam, muitas vezes, na pulverização do trabalho operacional da Guarda que nem sempre é ordenado a partir de prioridades preestabelecidas. Na percepção geral dos nossos interlocutores, a UGSM e a Guarda Municipal devem atender todas as demandas de munícipes, da própria administração municipal e dos demais órgãos de Segurança Pública e isso nem sempre é pautado por um debate prévio acerca das suas competências, capacidades, prioridades e responsabilidades, inclusive com a divisão de funções entre o que cabe ao município e ao que cabe aos órgãos de segurança pública estaduais/federais, como tratado anteriormente..

Organograma da Unidade de Gestão de Segurança Municipal



A ausência de um planejamento estratégico e a própria dificuldade de definição da identidade da UGSM impacta na estruturação de suas áreas administrativas que, inclusive, sofrem com a ausência de cargos para alocação de servidores. A questão dos recursos humanos da UGSM será abordada novamente adiante, mas neste momento vale comentar, a título de exemplo dos impactos da indefinição da identidade da Unidade, a questão da inteligência.

Existe um Departamento de Inteligência em Assuntos de Segurança, conforme pode ser verificado no organograma da UGSM. Ainda que existam dúvidas acerca da realização das atividades de inteligência pelos municípios, uma vez que este ente federativo não é mencionado no decreto federal 3.695/2000, que instituiu o Subsistema de Inteligência em Segurança Pública, é possível defender essa atuação, uma vez que o município também tem interesse em “identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais de segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza” (art. 2º, § 3º). Independentemente dessa discussão, porém, a atividade de

inteligência em segurança pública é sempre estratégica, e não operacional, e serve, dentre outras coisas, para subsidiar a tomada de decisão dos gestores.

Dito isso, é importante esclarecer que a principal atividade da inteligência da UGSM, o projeto “Olho Vivo”, que consiste em um cercamento virtual da cidade por um sistema de videomonitoramento composto por câmeras que possibilitam identificar veículos através de uma ferramenta chamada OCR³, não se trata, propriamente, de uma atividade de inteligência. É uma atividade operacional que poderia ser executada diretamente pela Guarda. Por outro lado, atividades de inteligência fundamentais que caracterizariam a atuação estratégica da UGSM, como a análise de informações e a produção de conhecimento, não são executadas, ou o são de forma precária.

A estruturação das áreas administrativas da UGSM carece de melhor definição sobre sua função, missão e seus recursos humanos. Quanto aos cargos já existentes, há um número de funcionários, provenientes da carreira de Guarda Municipal que ocupam, por tradição, os cargos comissionados de gestão nos departamentos de Planejamento, Gestão e Finanças e de Inteligência em Assuntos de Segurança Municipal. Contudo, nestes setores, somente os cargos diretivos estão devidamente normatizados com as descrições da função e das atribuições. No mais, não existe a designação de quadro de recursos humanos e o estabelecimento de pré-requisitos para posse nos cargos, descrição de suas atribuições e, procedimentos de trabalho treinamentos institucionais que garantam a boa execução das tarefas ordinárias e sua continuidade.

No caso da Diretoria de Planejamento, por exemplo, foi possível constatar a falta de pessoal e a busca, por esforço próprio dos servidores, pelo conhecimento a respeito dos processos administrativos para dar conta da demanda da UGSM e da GMJ. Pela ausência de pessoal, todos estão focados na parte administrativa rotineira, não havendo um responsável pela Divisão de Comunicação. A parte de comunicação poderia ser provisionada e orientada, por exemplo, para produzir tanto informes internos quanto

³ Sigla de Optical Character Recognition, em português: Reconhecimento de Caracteres Óticos.

externos, potencializando medidas de publicização dos atos e mantendo o público interno informado sobre assuntos relevantes.

Por fim, vale ressaltar o esforço em andamento da UGSM para a redefinição desses cargos, e, inclusive, com a futura formação de um setor de recursos humanos, para melhor estruturação e, posteriormente, colaborar na definição de uma identidade organizacional para da Unidade de Gestão. Os resultados ainda não estão consolidados, já que o processo está sendo realizado concomitantemente à realização do presente Produto.

Tecnologia

O centro de monitoramento do programa “Olho Vivo” envolve a contratação de uma empresa terceirizada para acompanhar as imagens e alertar em casos de incidentes e flagrante ilegalidade. Além de serem compartilhados com as polícias estaduais, os insumos do monitoramento são aproveitados pelos guardas quando são avisados por um sistema de alerta automático que informa a respeito de veículos produtos de ilícitos ou com possíveis placas fraudadas. A “muralha virtual” envolve grande investimento em tecnologia e a integração em um circuito de municípios que compartilham do mesmo sistema. O foco do desenvolvimento tecnológico encontra-se na ampliação da “muralha virtual”, no monitoramento de viaturas e nos guardas a pé, pela implementação dos rádios digitais que permite acompanhar sua movimentação em tempo real. Essas informações são compartilhadas com demais municípios e órgãos de segurança pública (como a Polícia Militar), contudo, o compartilhamento não é recíproco, e há a necessidade de construção de diálogos para viabilizar a coleta de informações úteis para a segurança pública da cidade – esses aspectos serão abordados adiante.

Apesar desse investimento em tecnologia, os projetos de informatização das rotinas administrativas e relatórios da GMJ, que são de responsabilidade da UGSM, estão caminhando lentamente. A informatização dos relatórios operacionais ainda não tem previsão de implementação, nem o desenvolvimento de um sistema de produção e visualização de dados como o *CompStat*. Existe, porém, um projeto recente que envolve a aquisição de drones que serão usados para monitoramento de eventos e operações.

Articulação

Um papel fundamental desenvolvido pela UGSM, e que deve ser fortalecido, é a articulação com os demais órgãos relacionados à pauta, sejam eles do próprio município ou do Estado. Ainda que se verifiquem diversos esforços nesse sentido, alguns pontos chamam a atenção. O primeiro deles diz respeito ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), criado pelo Decreto 21.812/2009, com a função de articular as ações da prefeitura com as diferentes organizações governamentais e a sociedade civil.

A criação de GGI-M era uma das ações estimuladas pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que entendia como fundamental a articulação de políticas públicas de prevenção intersetorial. O GGI-M foi modelado pelo Governo Federal como “um fórum deliberativo e executivo composto por representantes do poder público das diversas esferas e por representantes das diferentes forças de segurança pública com atuação no Município”⁴, ou seja, tem caráter executivo e não se confunde com o Conselho Municipal de Segurança, que é o espaço de participação social e se destina à tomada das decisões macro da política pública.

Em Jundiaí, o GGI-M foi mais ativo nos primeiros anos após sua criação, mas, com o tempo, acabou perdendo protagonismo e funções. Atualmente, o GGI-M existe apenas formalmente, tendo pouca atuação prática, e é apresentado no site do governo como “um espaço de interlocução permanente entre o Poder Executivo e as instituições do sistema de Justiça Criminal e de promoção da Segurança Pública na cidade e em toda região, visando à redução da violência”.

Se o não funcionamento do GGI-M por si só já é ruim, não há clareza sobre como se dá sua relação com a UGSM. Além disso, se de fato há a pretensão de que a função principal da Unidade de Gestão seja o fortalecimento da capacidade de governança da segurança no Município, há que se pensar sobre eventual existência de sobreposição nas competências das duas estruturas.

⁴ Gabinetes de Gestão Integrada Municipais – documento orientador. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/documento-orientador-site-do-mj.pdf>

O GGI-M, pelas suas características, poderia ser empregado como um catalizador das demandas políticas de governança, não se limitando ao contato com as forças estaduais de segurança pública, mas, sim, com atuação na coordenação de esforços com os municípios circunvizinhos que formam a região metropolitana de Jundiaí.

Outras unidades de gestão

Em relação às demais Unidades de Gestão de Jundiaí, pode-se constatar que possuem boas relações, podendo ainda serem incrementadas, tanto com a UGSM e quanto com a GMJ. A política de plataformas implementada para a integração administrativa parece potencializar a coordenação de esforços e atendimento das demandas. Desta maneira, um papel mais atuante e propositivo da UGSM para a implementação de uma política municipal de segurança, que transcenda a GMJ, pode incentivar, coordenar e engajar as demais pastas em ações conjuntas. Diversas pastas, como saúde, educação, cultura, planejamento urbano e meio ambiente, esporte e assistência social já possuem planos de trabalho de prevenção e iniciativas que podem somar aos esforços da UGSM; uma maior integração e diálogo para a prevenção pode maximizar os esforços.

Uma dessas iniciativas é o programa Urban95, implementado pela Prefeitura de Jundiaí, que traz o conceito de cidade das crianças e tem como eixo principal o desenvolvimento da primeiríssima infância e primeira infância. O foco nas futuras gerações preconiza a possibilidade de maior segurança como motor de apropriação do espaço público pelos infantes e garantia do direito de ir e vir na cidade. Atualmente, esse programa está mais desenvolvido pelas pastas da saúde, cultura, esporte, educação e assistência, mas é indispensável a participação mais ativa da UGSM para que seja possível ampliar a sensação de segurança. A participação da Unidade por meio do programa Anjos da Guarda e da GMJ, que faz policiamento nos parques, parece prejudicada pelas demandas diárias, além de serem insuficientes para garantia de segurança. A integração entre a Patrulha Municipal da Pessoa Idosa e a Patrulha Guardiã Maria da Penha tem o potencial de ser uma política realizada de forma articulada pela UGSM e pela Assessoria de Políticas para o Idoso.

Vale destacar, contudo, que o diálogo entre as Unidades de Gestão de outras pastas e a UGSM poderia ser fortalecido, com reuniões/diálogos realizados com uma periodicidade previamente definida, para além do diálogo existente quando há demandas latentes de atuação em conjunto.

Órgãos estaduais de segurança

A UGSM também investe energia na construção de relações com as forças estaduais de segurança pública, de forma a reforçar o alinhamento interinstitucional, o que é necessário não apenas do ponto de vista operacional, mas também em relação ao compartilhamento de informações, como comentado anteriormente neste relatório.

Há, porém, uma percepção geral no sentido de que o relacionamento com essas forças ainda é dependente de redes pessoais e pouco institucionalizado. Os contatos interagências são estabelecidos através de reuniões esporádicas e formais, originadas a partir de demandas pontuais, sem a previsibilidade necessária para o fortalecimento institucional e organizacional. Geralmente a UGSM e ou a GMJ participam das Reuniões de Análise Críticas Integradas (RACIs), que ocorrem nas unidades da PM.

Também em virtude do não funcionamento do GGI-M, não acontecem reuniões periódicas pautadas pelo município nas quais possam ser estabelecidos planejamentos conjuntos de médio prazo ou processos de avaliação da atuação integrada. Isso implica um cenário em que operações conjuntas são comuns, para, como mencionado, atender questões pontuais, mas que não conta com uma integração sistemática e permanente.

Se, no aspecto operacional, a integração com as forças de segurança parece fluir bem - ainda que com as limitações mencionadas anteriormente – o mesmo não ocorre no que concerne ao compartilhamento de informações.

As informações produzidas pela inteligência no âmbito do projeto “Olho Vivo”, por exemplo, são disponibilizadas para as polícias estaduais, em especial para subsidiar investigações da Polícia Civil. A UGSM, por sua vez, não tem acesso às informações produzidas pelo sistema estadual de segurança, nem mesmo aos dados mais detalhados da criminalidade, que possibilitariam um conhecimento mais amplo da dinâmica do

crime e da violência no município. Com isso, a UGSM e a GMJ têm uma visão bastante reduzida das ocorrências da cidade, conforme detalhado no *Produto 2*.

Nesse sentido, é importante frisar a necessidade de ampliação do compartilhamento de informações entre o sistema estadual de segurança e o município, a qual deve se dar em uma via de mão dupla. Além de eventuais gastos com manutenção de suas instalações e equipamentos, a cidade também apoia fortemente o trabalho das forças estaduais de segurança com a alocação de guardas nas suas unidades, com reforço em operações e com a realização de escolta de presos, dentre outras formas. O tema deve ser objeto de atenção da Casa Civil, que é a responsável pela gestão de convênios entre Jundiaí e as forças policiais do Estado⁵ e pode atuar, em conjunto com a UGSM, no sentido de ampliar os “ganhos” da gestão municipal advindos dessas pactuações.

Guarda Municipal de Jundiaí

A Guarda Municipal de Jundiaí foi criada em 1949, com a finalidade central de realizar o policiamento, já que à época havia a necessidade de ter uma força própria no território. Essa modelagem inicial da GMJ fez com que, desde o início da sua existência, ela tenha a questão da criminalidade e da violência como foco principal de sua atuação, que nunca esteve restrita à segurança dos próprios órgãos municipais – patrimônio público.

Seu papel ao longo do tempo foi se consolidando como o de uma força policial, realizando um papel complementar ao das polícias estaduais. Do ponto de vista formal, e em conformidade com a Constituição, a Lei que organiza a instituição define que ela é “destinada à proteção das instalações, bens e serviços municipais”⁶. Para cumprir sua missão, a GMJ tem uma série de atribuições, previstas na legislação citada, dentre as quais vale ressaltar algumas que se relacionam diretamente à questão do crime e a

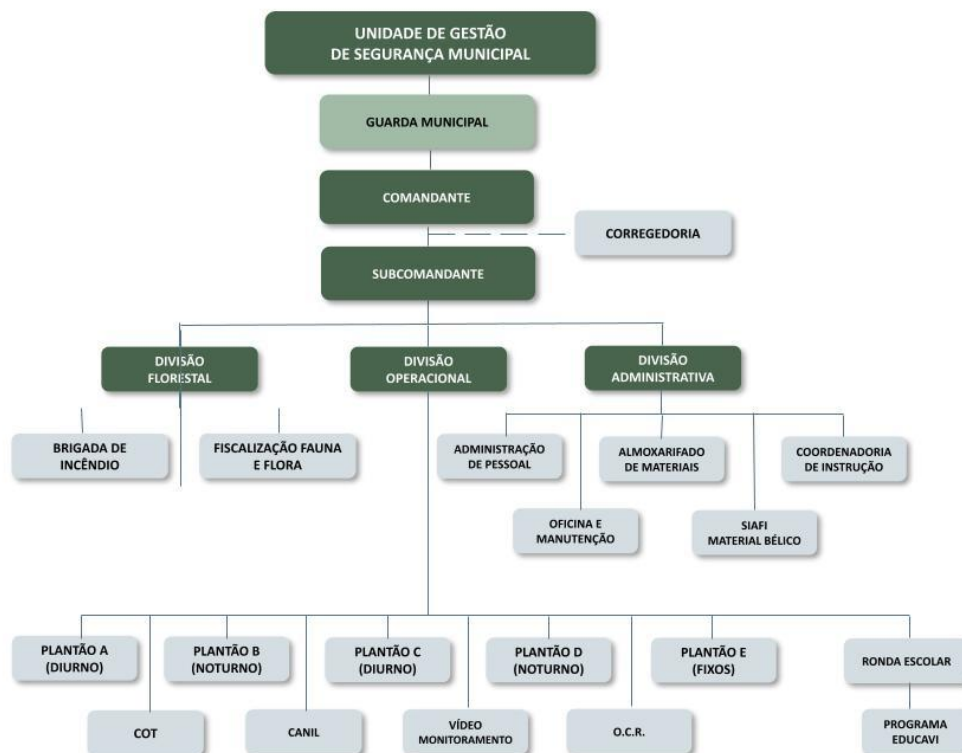
⁵ Conforme ações 2114 e 2618 do Plano Plurianual.

⁶ Lei nº 6.764/2006, que Reestrutura a Guarda Municipal de Jundiaí. Disponível em: https://sapl.jundiai.sp.leg.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=6738&texto_consolidado=1

violência como: a) colaborar com o Estado, em caráter supletivo, no patrulhamento, visando a preservação da ordem pública e da segurança pública, na forma da Lei; b) patrulhar diuturnamente os estabelecimentos de ensino oficiais públicos e colaborar com os órgãos de trânsito nas imediações das escolas; e c) estabelecer relação com os órgãos de segurança estaduais e federais, visando à colaboração, planejamento e ações integradas.

Essa característica histórica da origem da GMJ tem aspectos positivos e negativos, que serão abordados a seguir, e, hoje, a instituição atua atendendo demandas do executivo local e da população. A Guarda se organiza de maneira similar, ainda que em menor escala, à Polícia Militar, o que inclui a existência de unidades especializadas como Canil, Apoio Tático e Divisão Florestal.

Organograma da Guarda Municipal de Jundiá



Fonte: Elaboração própria a partir das informações coletadas durante a pesquisa.

Gestão

Atualmente a GMJ se organiza em três principais divisões comandadas por inspetores: administrativa, operacional e florestal. A divisão administrativa cuida da rotina diária e organizativa, tendo se preocupado mais recentemente com iniciativas de valorização profissional de seu efetivo, almejando criar um sistema de acompanhamento de saúde mental e física. Esta divisão tem alguns setores responsáveis pelo dia a dia do trabalho da instituição, sendo responsável pelo monitoramento de ponto, pedidos de compras e gestão da frota e dos armamentos. A divisão não conta com uma unidade especializada na gestão de seu efetivo nem com uma política de pessoal institucionalizada para além dos dispositivos legais sobre a carreira de seus profissionais.

A progressão na carreira da GMJ obedece, no geral, as mesmas regras do funcionalismo público da prefeitura, com pequenas adaptações para seu modelo de carreira única. Segundo o ordenamento municipal, a carreira da GMJ se divide em três cargos – Guarda, Subinspetor e Inspetor – diferenciadas por três graus, mas que leva em consideração mais o tempo de serviço do que o mérito. O último só é considerado quando, nos casos em que há vagas para subinspetor ou inspetor, se abrem editais internos e os profissionais que atendam aos requisitos de antiguidade apresentem diplomas de cursos para incrementarem sua pontuação. Esse sistema não parece incentivar que o efetivo como um todo busque melhorar e aprimorar suas qualificações, ao mesmo tempo em que não permite à administração qualificar seus quadros e provisionar perfis mais adequados para cada função.

A divisão administrativa também é responsável pela área de formação e educação continuada. A GMJ segue os parâmetros editados pela SENASP, inclusive com o cumprimento obrigatório das horas de treinamento exigidos por ano de todo seu efetivo, composto atualmente por 405 profissionais, realizando testes de tiro e consultas para laudos psicológicos que os habilitam para porte de armamento.

A instituição se considera autossuficiente na questão educacional, possuindo corpo técnico educacional. Há uma percepção, porém, de que é necessário um plano de continuidade para capacitar e ampliar seu corpo docente. Duas questões que merecem melhorias foram identificadas: a realização dos cursos não é um pré-requisito ou

diferencial para habilitar o exercício de dada função, em especial nas funções operacionais especializadas, e o fato de que os cursos internos não têm pontuação diferente para progressão na carreira.

Importante registrar que a GMJ se tornou referência para cidades do entorno em ações de formação e capacitação continuada, considerando, ademais, a centralidade de Jundiaí na região. Por ter mais recursos, maior investimento e capacidade, há oferta vagas para formar guardas daqueles municípios, mesmo tendo poucas contrapartidas para tanto.

A divisão operacional, por sua vez, é responsável por todo o planejamento da alocação dos guardas e viaturas, designando os profissionais para as atividades finalísticas. Além das atividades planejadas e rotineiras, a divisão também é demandada por diversas vias, seja pela requisição de outros órgãos municipais, vereadores e instituições estaduais, que passam pela gestora da UGSM e pelo comandante da GMJ.

A multiplicidade de atendimentos prestados pela GMJ, como apontado no Produto 2, e a dificuldade em equacionar o trabalho planejado com as demandas emergenciais, faz com que nem sempre seja possível estabelecer prioridades e, em geral, a atuação da Guarda acaba sendo mais reativa que preventiva. O planejamento, que pautaria maior atuação preventiva, também é prejudicado pelo fato de que a alta demanda e falta de pessoal geram um acúmulo dos relatórios operacionais de ocorrência, que ainda são feitos em papel, e demoram para serem incluídos no sistema, prejudicando a cadeia de produção de dados e de estatísticas que serão usados para o planejamento operacional.

Ainda que o atendimento às situações de urgência e emergência seja uma das principais atuações das forças de segurança, percebe-se a existência de oportunidades de melhoria que possibilitariam equacionar melhor as demandas imediatas e a atuação preventiva planejada. Uma primeira impressão é que a GMJ realiza muitas atividades, o que contribui para uma eventual perda de foco. É uma decisão difícil deixar de atender demandas da população e da gestão superior, mas talvez seja necessário repensar as atividades que a Guarda realmente deve e pode estar envolvida.

Informatizar os relatórios, investir na análise de informações, definir com mais clareza quais situações estão ou não dentro do escopo de atuação da GMJ, além de estabelecer uma matriz de análise de riscos e definição de prioridades, poderiam ser medidas adotadas para equilibrar melhor a atuação preventiva e a atuação reativa da instituição.

Ainda no aspecto operacional, cabe observar que a ausência de mais postos da GMJ pelo território faz com que os guardas tenham que se concentrar, no começo do expediente, na sede da instituição, para depois se deslocarem para as regiões onde estão alocados. Essa forma de organização prejudica a rendição dos turnos anteriores e cria um interstício que deixa desguarnecido determinados locais, além de aumentar os custos relacionados à logística. Investir na construção de novas inspetorias, como previsto no Plano Plurianual, é medida importante para ampliar e facilitar a presença dos agentes nos territórios.

A divisão florestal é responsável, principalmente, pelo patrulhamento e segurança de áreas ambientais do município, o que inclui cerca de 48% da área de conservação ambiental da Serra do Japi. Além da preservação ambiental, recorrentemente os guardas são chamados para resgate de animais silvestres em residências ou áreas urbanas e para atuarem em queimadas.

No caso da preservação do meio ambiente e da Serra do Japi, há uma alta e diversa demanda, a qual nem sempre é atendida com eficiência, seja pela falta de pessoal ou de recursos. Para complementar a cobertura preventiva, a GMJ conta com um disque denúncia e um sistema de alertas que acionam em caso de caça e pesca ilegais e queimadas. No caso em que se deparam com infratores, os guardas podem proceder à prisão em flagrante, conforme a legislação, mas, como não há convênio com a Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), não podem lavrar autos de infração. Assim, nos casos em que cabe multa, os guardas produzem apenas um relatório e encaminham para a UGPUMA, que dá seguimento ao processo.

Ainda quanto à capacidade institucional da divisão florestal, é importante registrar a baixa articulação com as cidades vizinhas, que muitas vezes são os locais em

que principiam os focos de incêndio. Nesse sentido, seria importante reforçar o papel de governança do comitê da Serra do Japi, para melhor utilização do mesmo no sentido de coordenar ações conjuntas entre os diferentes órgãos das cidades.

As diversas instituições que atuam com o tema são frouxamente articuladas e mantêm relações apenas quando necessário. Ainda que haja engajamento dos moradores da região em casos de queimadas, o tempo de resposta do Corpo de Bombeiros por vezes é longo e a Defesa Civil, pelo seu baixo efetivo e infraestrutura reduzida, não consegue dar o devido apoio. A instituição, por ter diversas atribuições, nem sempre consegue se unir aos esforços de combate às chamas em pouco tempo – mesmo com o monitoramento e com a emissão de alertas -, o que permite avanço do fogo piorado pelos ventos.

Seria importante analisar tecnicamente a pertinência de ampliar a quantidade de bases na Serra do Japi e de criar uma inspetoria que permitisse encurtar o tempo para assumir o serviço – hoje feito na sede da GMJ. Em complemento, a melhoria na atuação da divisão florestal também demanda a criação de um curso específico para que os guardas conheçam e dominem a matéria da ambiental.

Programas

Os principais programas da GMJ são a Patrulha Guardiã Maria da Penha, a Ronda Escolar, o Centro e Bairro Seguro, palestras de prevenção à violência e, futuramente, a patrulha de prevenção à violência contra o Idoso.

Quadro 1 – Programas da Guarda Municipal de Jundiá por Origem, Ano de Criação, Finalidade, Indicador e Resultado

Programa	Origem	Ano	Finalidade	Indicador	Resultados
Guardiã Maria da Penha	Parceria com MP	2019	Assistir Mulheres que possuem medidas restritivas com patrulhamento	Rondas; visitas	+ de 400 mulheres assistidas; 2.575 visitas; + 20.000 rondas
Bairro e Centro Seguro	Atuar Bairro e Centro que tem índice de	2018	Estabelecer modelo de atuação integrada de Segurança Pública e atendimento social com	Atendimentos Presença Monitoramento por vídeo	+2.000 Presença 24/7

	furto e roubo		foco em território definido.		
Ronda Escolar “Anjo da Guarda”	Função estabelecida pela Urban95	Reimplementado 2018	Acompanhar entrada e saída dos alunos da rede municipal e patrulhamento escolar.	Atendimentos	423
Patrulha do Idoso ⁷	Iniciativa a pedido da UGCC	Em implementação	Assistir Idosos vítimas de violência	Atendimentos	--
Programa Educação para a Não Violência - Educavi	Iniciativa Própria	1998	Promover a Cultura de Paz	Número de Palestras	Mais de 100 por ano, exceto em 2020 e 2021 por causa da pandemia.

Fonte: Prefeitura de Jundiaí; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A percepção geral sobre os programas é no sentido de que eles são limitados em virtude da alta demanda e da baixa priorização. Inicialmente, pode-se afirmar que isso é decorrente daquele desequilíbrio entre ação preventiva e ação reativa, como anteriormente mencionado.

A Patrulha Guardiã Maria da Penha, desenvolvida em parceria com o Ministério Público, sofre com o aumento da demanda face à escassez de pessoal. Também é um problema o fato de que, atualmente, ela só consiga operar no período diurno. É importante registrar que esse programa é coordenado pela divisão administrativa da GMJ, e não pela divisão operacional. Eventualmente caberia uma reavaliação na localização do programa na estrutura da corporação, uma vez que na lógica da gestão pública faria mais sentido que ele estivesse numa unidade que gerencia atividades finalísticas, ou seja, a divisão de operações.

Ainda que os programas referidos produzam informações que são encaminhadas ao Observatório do Município, vale frisar que, aparentemente, não há metodologia de monitoramento da sua execução e nem processos de avaliação dos seus processos e impactos.

⁷ Projeto em fase de análise pela Diretoria de Assuntos de Inteligência em Assuntos de Segurança Municipal.

Ademais, boa parte da demanda para os operadores de segurança costuma estar relacionada a problemas sociais e assistenciais, como pessoas em situação de rua, alcoolizados, conflitos entre vizinhos, problemas relacionados à barulho, desordem e outros pequenos conflitos do cotidiano. Os órgãos de segurança precisam estar preparados para atender a este tipo de ocorrência, que podem ser identificadas analisando os pedidos que são feitos para a prefeitura. A GM de Jundiaí faz o apoio das ações das demais pastas assistenciais do município, participando indiretamente na resolução destes problemas.

Unidades Estaduais de Segurança Pública em Jundiaí

O município de Jundiaí conta com a presença de algumas estruturas de segurança públicas estaduais, principalmente sistema prisional, Polícia Militar e Polícia Civil. No limite da cidade, próximo à rodovia Bandeirantes, fica o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Jundiaí (masculino) e, em Campo Limpo Paulista (cidade vizinha), fica o Centro de Triagem. Próximo também, em Franco da Rocha, ficam outras unidades prisionais como o Centro de Progressão Penal Masculino, o CDP Feminino e mais três presídios para homens.

A Polícia Civil de Jundiaí está sob a responsabilidade do DEINTER 2; possui uma Delegacia Seccional que é responsável pela administração das delegacias da cidade e de municípios vizinhos como Itatiba, Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Cabreúva, Itupeva, Jarinu, Louveira e Morungaba. Somente em Jundiaí existem 10 delegacias. Do 1º ao 7º DP, além de Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Delegacia de Investigações Gerais (DIG), Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes (DISE); o município não possui uma Delegacia de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), mas ela foi criada em 2019 em Campinas sob a coordenação do DEINTER 2.

A principal função da Polícia Civil na cidade, como em todo o Estado, pelo seu efetivo e recursos tem sido majoritariamente de registro de ocorrências. Mantém apenas um plantão para a cidade toda no período noturno, mas realiza investigações de casos principalmente através da DIG, DISE e DDM. Conta com o apoio da UGSM para

alguns destes casos, utilizando os dados e análise produzida pelo sistema de OCR, além do tratamento dado pelo setor de inteligência. As duas instituições também atuam juntas com a GMJ, sendo esta requisitada para apoio em operações, inclusive em casos envolvendo interesses do município e realizando, em alguns casos, a escolta de presos a pedido da Polícia Civil.

A Polícia Militar de Jundiaí é subordinada ao Comando de Policiamento do Interior 2, com sede em Campinas, e conta na cidade com a sede de 3 batalhões: 11º e 49º Policiamento de Área; o 4º Batalhão de Policiamento Rodoviário. Além dos três, ainda existe na cidade a 1ª Companhia de policiamento ambiental do 5º Batalhão de Polícia Ambiental sediado em Campinas. O 11º BPM/I é responsável pelo policiamento parte de Jundiaí com duas companhias, Cabreúva e Itupeva. O 49º BPM/I tem a 1ª Companhia responsável pelo patrulhamento na cidade de Jundiaí, mas também cuida do patrulhamento de Campo Limpo Paulista, Itatiba, Jarinu, Louveira, Morungaba e Várzea Paulista.

O 19º GB, com sede em Jundiaí, realiza atendimentos além desta cidade para Bragança Paulista, Atibaia, Valinhos, Amparo, Vinhedo, Itupeva, Serra Negra e Lindóia. O 4º BPRv tem a 1ª Companhia com sede em Jundiaí que é responsável pelas Bases de Itatiba, Cajamar, São Paulo. A 2ª Companhia tem sede em Paulínia, responsável pelas bases de Campinas, Mogi Mirim, Amparo e Atibaia. A sede da 3ª Companhia é em Campinas, responsável pelas bases de Indaiatuba e Americana. A 4ª Companhia tem sede na cidade de Limeira, comandando as bases de Santa Barbara D'Oeste, Pirassununga, Santa Rita do Passa Quatro, Aguai, Casa Branca e Águas da Prata – divisa com Minas Gerais.

Pela atuação própria às características da função, os batalhões que mais têm presença na cidade são o 11º e o 49º BPM/I, responsáveis pelo patrulhamento ostensivo. Ambos são os responsáveis por atender as demandas via 190, que chegam através do COPOM regional sediado em Campinas.

A priorização do trabalho da PM na região tem sido atender as demandas do 190, que são frequentes, contando com a ajuda da GMJ para escoamento de demandas que

não conseguem atender, como conflitos interpessoais, e outros apoios, além de alguns casos envolvendo repressão ao tráfico de drogas. Recentemente ocorreram alguns casos de roubos de joalherias em shopping, mas foram criados protocolos para ação conjunta com a GMJ e todas as forças de segurança para atuar nestes casos, fechando saídas, bloqueando vias e estabelecendo perímetro e papéis de atuação.

Apesar de não termos o quantitativo exato do efetivo e de veículos, entre outros dados, foi informado por gestores que os batalhões não trabalham com efetivo completo, mas tem recursos materiais suficientes, como armamentos, coletes, viaturas e materiais próprios para cada função. Atuam no território com os Programas Rádio Patrulha, Força Tática, ROCAM, Ronda Escolar, Bases Comunitárias Móveis entre outras.

A Polícia Militar é a instituição que mais utiliza imóveis da Prefeitura, ocupando cinco deles. A sede da 1ª e 2ª Companhia do 11º BPM/I, a sede e um quartel do 19º GB, a sede da 1ª companhia do 49º BPM/I. O vencimento da cessão do imóvel a 2ª companhia do 11º está previsto para 26/06/2039. Da sede do 19º GB está previsto para 23/05/2042 e do outro quartel já está vencida, desde 2020. As cessões dos imóveis que sediam a 1ª companhia do 49º e a 1ª companhia do 11º estão sem prazo.

A GMJ também apoia o Estado com a cessão de funcionários, sendo que 14 guardas atuam na Delegacia Seccional, três no Instituto de Criminalística, quatro para o Tribunal de Justiça e um para o Centro de Integração da Cidadania.

PAPEL DOS OUTROS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA: PROGRAMAS E INICIATIVAS DE PREVENÇÃO

Com a compreensão do papel fundamental do município nas políticas públicas de prevenção à violência e ao crime, a implementação de políticas intersetoriais passou ser mandatória.

Ainda que Jundiaí não conte com uma política de segurança municipal abrangente, esse capítulo do diagnóstico visa apresentar os resultados gerais da escuta de outros órgãos públicos municipais, para além da UGSM, acerca das suas visões sobre a política municipal de segurança, suas demandas e quais políticas de prevenção executam. A escolha das pastas se deu pela relação que suas pautas têm com questões pertinentes à violência e ao crime.

Chama a atenção que a percepção geral dos interlocutores, mesmo os que desenvolvem políticas públicas essenciais para a prevenção, ainda é no sentido de que a segurança é um problema eminentemente relacionado às forças policiais estaduais e a Guarda Municipal. Isso nos traz à pauta a necessidade de ampliação do conhecimento dos gestores municipais sobre o assunto, seja mediante a produção de conteúdo pedagógico sobre o tema, conforme já previsto no PPA⁸, seja na realização de processos de sensibilização, seminários, debates e ações de capacitação a respeito.

Essa visão mais restrita da segurança também se apresentou quando da identificação de demandas/apresentação de problemas de segurança, que geralmente se relacionavam aos próprios municípios. Os temas abordados foram a necessidade de ampliação do patrulhamento dos equipamentos públicos, áreas de preservação e vias e o aumento de furtos nos equipamentos, que impacta diretamente na prestação de serviços ao público, inviabilizando atendimentos, provocando perecimento de recursos e afetando orçamento diante da necessidade de reposição dos itens furtados.

⁸ Ação 8574.

Quanto à interlocução com a Unidade de Gestão de Segurança Municipal e a Guarda Municipal, os gestores foram unânimes em dizer que é ótima, possuindo canais próprios de contato, podendo sempre acioná-la, com pronta resposta. Contudo, tirando alguns eventos específicos, não há uma articulação permanente entre as pastas e a segurança, ficando o contato restrito a reuniões gerais de planejamento do município e a preparação para eventos como futebol amador (UGSM, GMJ, UGEL), festas populares (UGC, USGM, GMJ, PM, PC etc.) entre outros casos. Algumas áreas, como Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Saúde e Esporte e Lazer, ponderaram que, em determinadas situações, preferem não mobilizar a UGSM, para evitar o estranhamento do público.

É digno de nota que o município incorpora boas práticas internacionais e nacionais em diversas áreas, como o modelo de administração pública baseada em plataformas, os Objetivos de Desenvolvimento Social (ODS), políticas para primeira infância, planos de direitos humanos, prevenção ao suicídio, proteção de crianças, mulheres e idosos. Os gestores estão coesos em perceber que ações transversais são necessárias para a execução governamentais para entregar ao cidadão uma melhor qualidade de vida. Essa preocupação parece se refletir nos ótimos índices e indicadores da cidade comparado com os demais municípios do Estado e da União. Vale também enfatizar a necessidade do Plano Municipal de Segurança estar conectado e alinhado com demais Planos existentes na cidade, como o Plano Municipal de Direitos Humanos.

Unidade de Gestão - Governo e Finanças

Esta unidade é central por conjugar a capacidade financeira e de coordenação política, atuando na definição estratégica, monitoramento e acompanhamento de políticas públicas. É a principal responsável por amparar a execução orçamentária, além de acompanhar o desdobramento das metas estabelecidas pelo Plano Plurianual, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e articular reuniões de discussão conjunta. Neste sentido, é possível apontar algumas boas práticas que podem auxiliar o serviço da

UGSM e a GMJ, como o Observatório de Jundiaí, já mencionado em outra seção deste trabalho.

Outras unidades que podem auxiliar no alcance de melhorias na Segurança Municipal, ligadas à UGGF são: a Central de Planejamento e Governança - inclusive com treinamentos e suportes – e a Central de Parcerias Estratégicas – auxiliando com estudos, desenhos de processos e efetivação de acordos com outros atores políticos, econômicos e sociais.

Casa Civil

A Casa Civil é a responsável pela coordenação de ações e políticas de relações institucionais do Executivo com o Legislativo e Conselhos Municipais, além de movimentos sociais e demais entes federativos. A pasta conta com assessorias especiais temáticas, como Juventude, Direitos Humanos, Igualdade Racial, Mulheres, Diversidade Sexual e Idoso e vem desenvolvendo ações importantes, como prevenção ao Suicídio e Automutilação, além de atuar na construção dos planos municipais e coordenar o papel das diferentes unidades de gestão neles. Possui núcleos que podem fomentar medidas de integração, como Cooperação Internacional, Aglomeração Urbana de Jundiaí, além de ser responsável pela pactuação de convênios, pelo GGI-M, a Defesa Civil e a Controladoria Geral do Município.

O GGI-M foi apresentado como uma unidade subutilizada, o que dificulta a construção de melhores articulações e sobrecarrega a USGM e a GMJ com trabalho de coordenação. Não há equipe de trabalho, apenas um coordenador, nem estrutura ou agendas de trabalho predefinidas. Isso reduz sua capacidade de assessoria ao Prefeito e ao Gestor da Casa Civil sobre o *status* da segurança municipal, as demandas de municípios e o contato com as cidades do entorno. Mesmo que haja reuniões conjuntas para tratar de assuntos de segurança, o fluxo diário, a construção e o nutrir das relações se vê prejudicados.

A Defesa Civil, bem como já demonstrado orçamento, também carece de maiores investimentos e melhorias de estrutura, pessoal e equipamentos. Entretanto,

já há previsão de contratação de pessoal, e melhorias de estrutura com uma sede nova junto da futura sede da UGSM. Apesar dos obstáculos, a Defesa Civil monitora riscos tanto de incêndios quanto de inundações e deslizamentos, atuando preventivamente na vistoria de imóveis e encostas e na resposta de incidentes.

A Casa Civil ainda possui acesso ao Fundo Social de Solidariedade (FUNSS), que está mais voltado à promoção de oportunidades de educação técnica, atuando estrategicamente para ser mais um garantidor de oportunidades de empreendimentos sociais, visando a independência dos patrocinados. O Fundo atualmente é financiado eminentemente por verbas próprias.

Unidade de Gestão - Educação

A Unidade de Gestão de Educação informou que apresenta boa relação nos números de alunos e vagas, possuindo pouca fila para matrículas, sendo que a maior parte está concentrada nas creches. Como não possui um número adequado do equipamento de rede própria em alguns bairros, soluciona o problema por outras vias, como fornecimento de transporte para casos de matricular crianças a mais de três quilômetros da residência ou parceria com unidades particulares. No caso das parcerias com instituições privadas, a administração pública paga a mensalidade e a alimentação.

Não houve relato de casos de violência entre alunos, de pais com servidores ou casos nos entornos das escolas. Também informaram não ter protocolos, como a maioria das instituições de ensino no país, para casos de ataques ou ocorrências mais graves, além da possibilidade de acionar a GMJ e a polícia.

Há relatos de alguns raros casos de funcionárias que possuíam ou possuem ordens de restrição (medidas protetivas de urgência) contra ex-companheiros, fato que é de conhecimento apenas da direção da escola, e não existem protocolos específicos para estes casos. Do mesmo modo, não tomam conhecimento de casos em que haja mães que possuem ordens de restrição contra os maridos ou casos de impeditivo de ex-companheiros terem a guarda da criança, somente se o responsável informar. Possuem apenas uma lista, informada pelos responsáveis, das pessoas aptas a buscar as crianças.

As escolas não possuem segurança patrimonial privada contratada, nem mesmo para cuidar da propriedade, sendo que ainda está em estudo tal contratação. O controle de acesso é realizado pelos próprios servidores, sendo maior nos horários fora da hora de entrada e saída. As unidades só contam com alarmes e dispositivos arquitetônicos que impedem a entrada de pessoas, como muros e cercas elétricas ou arames farpados.

Há uma iniciativa de prevenção à violência em andamento, o Projeto “Eu tenho voz”, uma iniciativa do Instituto Paulista de Magistrados (IPAM) em parceria com o Ministério Público, Unidades de Gestão de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social. O projeto leva para às escolas um teatro lúdico que encena situações de abusos físicos (incluindo sexual) e psicológicos, o que possibilita que os alunos tomem consciência de que são atos nocivos e incentiva a denúncia. Isso proporcionou, segundo os gestores ouvidos, que crianças e parentes denunciassem casos de violência, promovendo um conjunto de ações integradas para cuidado das vítimas.

O projeto ainda está em fase piloto: algumas escolas foram escolhidas para começar, porém a tomada de decisão não levou em conta números de casos ou dados baseados em evidências. A iniciativa não contempla a área da Segurança, somente educação, justiça, saúde e assistência social. A opção por não envolver a Guarda visa evitar a presença de uma referência fardada que assuste os pais ou as crianças.

Além deste projeto, há uma parceria com uma instituição sem fins lucrativos que acompanha o comportamento dos responsáveis e crianças na entrada e saída da instituição. O intuito da parceria é a prevenção de casos de violência, melhoria nas relações e análise de risco. Após o período de análise, os responsáveis são chamados para um evento específico na unidade escolar para falar de comportamento não violento e estratégias de criação. O intuito é agir preventivamente, atuando na educação de pais e responsáveis e promovendo assistência em outras áreas em caso necessário.

Possuem, ainda, um sistema integrado com a Saúde e Desenvolvimento e Assistência para emissões de alerta em caso de evasão de alunos, que mobiliza todos os envolvidos, disparando ações de busca ativa para entender o que aconteceu. De uma

maneira geral, existem listas de atenção em relação a casos sensíveis e análise de cada situação para acompanhamento.

A Educação conta com uma emissora de televisão, transmitido em sistema fechado de comunicação, e que possui redes sociais. Atualmente, esta emissora apenas realiza pequenas transmissões informativas, mas há a intenção de realizar ações de prevenção e informações relevantes que auxiliem nas diferentes áreas do município.

Há parceria com a UGSM e a GMJ no projeto Educavi, já mencionado, que visa a promoção de uma educação não violenta e estratégias de mitigação de violência. A Guarda participa capacitando funcionários de todas as áreas e crianças através de palestras.

Unidade de Gestão - Esporte e Lazer

Existem equipamentos de esporte e lazer em todas as regiões da cidade. Estes atendem diferentes públicos em diferentes iniciativas, mas não existem informações sobre o perfil do público e frequência como um todo, o que está em processo de construção. Há uma iniciativa voltada à promoção do esporte e lazer para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e outras questões, o Programa de Esportes e Atividades Motoras Adaptadas (PEAMA), oferecendo 16 modalidades e que se tornou referência nacional.

Além do PEAMA, existem programas de esporte para crianças e adolescentes, inclusive alguns específicos em bairros com menores condições econômicas, visando contribuir com o desenvolvimento físico e social. Estes disponibilizam também suas instalações para realização de eventos para educação, cultura e outras pastas. Não há, porém, informações acerca do perfil dos atendidos nem um foco pré-determinado para pessoas em maior situação de vulnerabilidade em relação à violência.

Também estão em processo de construção de parceria com a UGSM, para ceder espaço para prática de esporte e treinamento físico, e estabelecer um plano de trabalho

que permita que profissionais de educação física auxiliem na melhora do condicionamento e saúde dos Guardas.

Unidade de Gestão - Desenvolvimento e Assistência Social

A Unidade funciona com base nos preceitos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e mantém três estratégias: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Vigilância Social. Possui, ainda, a responsabilidade de coordenar a Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS).

Existe uma ampla gama de serviços para diferentes grupos em cada uma delas, de crianças, mulheres, gestantes, idosos e pessoas com necessidades especiais. Na estratégia de baixa complexidade, a Unidade conta com centros de convivência para idosos, centros para crianças e oficinas gerais. Na proteção especial, conta com a Casa Sol, desenvolvida para abrigamento de mulheres vítimas de violência, a qual detém o apoio de um guarda para realização da segurança. Ainda na proteção especial, tem parceria com Organizações Sociais que cuidam de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, abrigo para Crianças e Adolescentes e pessoas em situação de rua.

A percepção geral é no sentido de que são poucos os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto no município, algo por volta de 30 pessoas, e de que a maioria dos adolescentes apreendidos por atos infracionais não residem em Jundiá, mas sim nas cidades do entorno.

Além destes serviços, realiza operações com foco exclusivo em pessoas em situação de rua, que parece ser uma das questões mais pungentes no município atualmente. São realizadas buscas ativas, principalmente no frio para abrigamento e para oportunizar reinserção familiar e social. Equipes são designadas para conversar com as pessoas, oferecendo serviços de abrigo, alimentação e reinserção no trabalho, inclusive com oficinas que ensinam a produção de artigos para venda e subsistência.

Ao realizarem estudos próprios para recensear a população em situação de rua, descobriram que a maior parte não tem origem no município. A principal origem delas

é a cidade de São Paulo, e uma parcela considerável destas pessoas tem problemas com drogas, o que leva ao oferecimento de assistência de saúde, redução de danos e reabilitação. Nestes estudos, também compreenderam que existem ao menos quatro cenas de uso em lugares específicos da cidade, sobretudo próximo aos pontos de comercialização de entorpecentes. Existem muitas dificuldades em conseguir auxiliar e engajar os envolvidos na cena nas ações realizadas pela Unidade, os quais, muitas vezes, não querem tratamento ou não desejam seguir as regras dos equipamentos.

Segundo o mapeamento, não é só de pequenos furtos de materiais para venda em sucata que vem os recursos para a compra de entorpecentes ou álcool. Alguns usuários pedem itens de necessidades básicas de alimentação, higiene e outros para trocar nos pontos de drogas. Por isso, a Unidade vem tentando se articular com organizações sociais e com os Consegs para buscar soluções conjuntas para o problema. Ainda é digno de nota que o município esteja desenvolvendo projetos de moradia permanente para pessoas idosas e neuroatípicas, visando a proteção integral deste público, incluindo o desenvolvimento de habilidades para autonomia das atividades de vida diária.

Outra medida importante da pasta foi a busca ativa de crianças e adolescentes em situação de exploração de trabalho infantil. Nestes casos, há parceria com a GMJ nas abordagens. A análise dos casos apontou que muitas das vítimas não eram da cidade, mas de municípios vizinhos, e houve o acionamento dos meios legais, notificação dos pais e responsáveis e contato com as secretarias das outras cidades para articular ações conjuntas com vistas a mitigar novas ocorrências.

Unidade de Gestão - Cultura

A Unidade também desenvolve ações voltadas para diferentes públicos. Seguindo o projeto Urban95, desenvolveram e priorizam a primeiríssima e primeira infância com atividades como a exploração de espaços públicos e oficinas, entre outras. Para outros públicos são realizadas atividades de teatro, música, pintura, história social e cultural da cidade.

A Unidade é parceira no cumprimento de medida socioeducativa de meio aberto, principalmente casos de prestação de serviço, mas ainda há o intuito de requalificar as formas de execução: atualmente os serviços são prestados principalmente nas áreas de manutenção e limpeza, e estão sendo projetadas ações que auxiliem na educação para trabalho em áreas técnicas para que a medida seja mais efetiva e abra novos horizontes para os adolescentes infratores.

Já existiu uma parceria com a Guarda voltada aos seus profissionais, desenvolvendo atividades musicais e artísticas, mas dado o fluxo de trabalho da GMJ e as escalas, o programa foi descontinuado.

Unidade de Gestão - Promoção da Saúde

A Unidade conta com muitos equipamentos públicos, distribuídos por diversos bairros, inclusive os mais vulneráveis, e atua dentro dos preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS), divididos em atenção básica, especial e à família. Seus projetos seguem em linha com as proposições gerais das políticas desenvolvidas pelo município, incluindo exames pré-natais, acompanhamento de parturientes e pediatria.

A Unidade realizou treinamentos e fomenta a política de reconhecimento de casos de violência, seguindo protocolos nacionais e municipais, incluindo o de não revitimização, acionando as autoridades competentes e pedindo apoio de outros órgãos. A ênfase nesta seara é no reconhecimento da violência contra criança, contra a mulher e automutilação.

Não há parceria com a UGSM, mas foi mencionada a possibilidade de auxiliar na promoção da saúde física e mental dos guardas, além de estabelecimento de convênio e fluxos de apoio mútuo em casos que já atuam. Um dos problemas destacados, ligado a segurança pública e ao trânsito, é o alto índice de acidente envolvendo motociclistas, que tem aumentado nos últimos anos com a expansão da frota e dos aplicativos de entrega.

Unidade de Gestão - Mobilidade e Transporte

A Unidade é responsável pela coordenação de políticas e ações de transporte público, trânsito e engenharia de mobilidade. Há uma atuação voltada à ampliação da segurança no trânsito, inclusive nas proximidades das escolas e em horários de maior fluxo de pessoas, tanto de pedestres como em autos.

Em relação ao transporte público, há um processo de mudança dos pontos de ônibus e readequação das linhas para tentar aumentar a eficiência e diminuir o tempo de deslocamento, em especial para possibilitar que as crianças e adolescentes tenham maior mobilidade na cidade, podendo ter autonomia.

Existem parcerias com a GMJ na realização de operações para garantir a mobilidade. Também há um trabalho conjunto com o destacamento de agentes para ficarem no monitoramento de câmeras, reportando incidentes e possíveis riscos. A Unidade está ampliando a malha de radares eletrônicos em pontos chave e realizando ações de conscientização para diminuir casos de insegurança.

Unidade de Gestão - Planejamento Urbano e Meio Ambiente

A Unidade é responsável por coordenar as políticas de planejamento da área urbana e pela proteção do meio ambiente, cuidando do fornecimento de licenças para obras e instalações, políticas de urbanismo e projetos, conservação e fiscalização ambiental, assuntos fundiários e bem-estar animal.

Como a taxa de crescimento de Jundiaí não é grande, sendo considerada uma das menores comparadas às grandes cidades São Paulo, tem sido possível acompanhar o desenvolvimento urbano, que obedece ao princípio da cidade inteligente. Segundo este princípio, o crescimento demográfico e urbano deve ser equilibrado com a capacidade de prestação de serviço, evitando, assim, riscos de colapso.

Foram mencionados problemas como o avanço de ambulantes, furtos de fios e fibra ótica e problemas fundiários nas zonas rurais. O avanço dos ambulantes em determinadas áreas, inclusive perto de equipamentos públicos, tem gerado questões

ligadas a contrabando, limitação de fluxo de pessoas e não pagamento de impostos, entre outras. Houve um aumento do esforço de fiscalização por um convênio com a GMJ e o incentivo salarial para os fiscais da pasta que atuem na equipe de fiscalização de ambulantes.

O problema dos furtos, assim como o da população em situação de rua, está gerando custos para área, bem como aumentando casos de ocupação ilegal de imóveis públicos e privados. Assim, a pasta vem atuando com a GMJ para desocupação destes locais e estratégias de reposição, pensando em como não permitir que certas áreas da cidade fiquem desvalorizadas, impactando comércio e moradia.

No caso dos problemas fundiários, há uma percepção que pouco a pouco os donos mais antigos das propriedades rurais vão morrendo ou envelhecendo, deixando a propriedade para os descendentes, que optam por não continuarem na atividade econômica. Isso gera, em alguns casos, o loteamento ilegal para construção de novos bairros em locais afastados. Por isso a pasta, com apoio de outros órgãos, vem aumentando a fiscalização para impedir que isso aconteça e manter as políticas de planejamento urbano da cidade.

A construção de comunidades populares através da ocupação de terrenos públicos ou privados merece destaque. Da mesma maneira que os loteamentos ilegais, a pasta tenta coibir o quanto antes o avanço para que não se consolide uma área subnormal, atraindo pessoas para consolidação de moradias precárias e degradação do meio ambiente.

Quanto ao meio ambiente, Jundiáí possui nascente de rio e um bioma preservado integralmente e parcialmente (Mata Atlântica) na Serra do Japi. O órgão atua para manter as nascentes limpas e funcionais, tendo zoneado a área. Na Serra do Japi uma parte é cedida para empreendimentos de moradia, com atuação de fiscalização das propriedades para impedir incêndios. Na área preservada, existem parcerias com a UNICAMP e outras universidades para estudo, e com a GMJ para fiscalização. A UGSM, aqui um ator de importante destaque, de forma a aprimorar a comunicação e atuação

intersectorial, assim como para conseguir monitorar as áreas de risco em conjunto com a UG do Meio Ambiente.

Observatório

O Observatório de Jundiaí foi criado em dezembro de 2017, com o objetivo de tornar a gestão pública da cidade mais transparente e acessível aos cidadãos. O portal contém uma série de dados e indicadores que são utilizados pela administração de Jundiaí para criar as principais metas do seu planejamento plurianual. O portal conta com 10 indicadores, que estão segmentados conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU.

O Observatório monitora diversos indicadores de interesse para a área de segurança, tais como:

- Abordagens realizadas pela Guarda Municipal;
- Despesas com Segurança;
- Imagens registradas pelas câmeras de monitoramento;
- Leitura de caracteres realizadas pelas câmeras de captura OCR;
- Operações realizadas pela Guarda Municipal;
- Palestras educacionais;
- Participantes em palestras realizadas pela Guarda Municipal;
- Patrulhamento em instalações públicas;
- Patrulhamento na área central;
- Quantidade de câmeras de videomonitoramento em funcionamento;
- Ronda escolar;
- Serviços de apoio realizado pela Guarda Municipal;
- Taxa de Furtos;
- Taxa de homicídios (por 100 mil habitantes);
- Taxa de homicídios por arma de fogo (por 100 mil habitantes).

Embora relevante do ponto de vista da transparência e da comunicação, o Observatório não parece ter se tornado, até o momento, uma ferramenta para a avaliação ou proposição de políticas de segurança na cidade, limitando-se basicamente a coletar e divulgar os dados.

INSTRUMENTOS QUE ATUALMENTE NORTEIAM A SEGURANÇA MUNICIPAL

Esta seção do diagnóstico visa analisar a execução dos Planos Municipais de Segurança de Jundiaí e os compromissos assumidos pelo governo municipal na atual gestão. Para tanto, foram considerados, como documentos condutores da atuação do Município na seara da segurança pública, o Plano de 2006, o Plano de 2015⁹, os Planos de Governo de 2017 a 2021 e de 2022 a 2026, bem como os Planos Plurianuais de 2018 a 2021 e 2022 a 2025.

Os objetivos e linhas gerais orientadoras do Plano Municipal foram incorporadas e adaptadas ao longo do tempo, encontrando consonância com os diferentes governos e gestões. No geral, o desenvolvimento das políticas públicas para área de segurança focou na queda de indicadores criminais e no desenvolvimento de estrutura da Guarda Municipal e da Unidade de Gestão.

No caso da Unidade, apesar de estar presente no plano de 2006 como modelo de governança a ser aplicado pelo município, demorou para ser criada. Em 2015, a sua criação surge como uma meta da gestão ao revisar o plano inicial, mas só é criada efetivamente em 2017, na gestão posterior do executivo municipal. Embora os planos cite os indicadores criminais, o esforço maior do município para mitigá-los foi com investimento no desenvolvimento da Guarda Municipal, convênios com as polícias estaduais e no desenvolvimento de programas em outras pastas. Contudo, não é possível identificar umnexo causal, como aponta a literatura especializada, entre as ações e a redução dos indicadores na cidade por falta de evidências.

O Plano Municipal de Prevenção da Violência e Promoção da Segurança Pública de Jundiaí-SP de 2006, nomeado de Jundiaí Segura, foi elaborado a partir de um convênio entre a Prefeitura da cidade e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Naquela oportunidade, a pesquisa e elaboração formal do plano foi realizada

⁹ <https://jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/PMSPC-7-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

pela equipe do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP).

No plano de 2006, foram destacados cinco pontos principais de atenção sobre dinâmicas que se destacavam no município: Violência no Trânsito; Homicídios; Lesão Corporal e Violência Sexual; Crimes contra o Patrimônio e Consumo e Tráfico de Drogas. Em 2022, como apontado no *Produto 2*, o cenário destas dinâmicas criminais difere em muito do então encontrado, uma vez que o município acompanhou a tendência geral do Estado na queda de diversos indicadores de violência.

Ao realizar o diagnóstico da Segurança Pública, o plano de 2006 previa como objetivo geral: “Reduzir o crime e a violência e aumentar a segurança, por ações preventivas, integradas e comunitárias, no município de Jundiaí” (p. 9). Ao introduzir na política municipal o conceito de governança, com foco na ação da Secretária de Segurança Municipal e Gabinete de Gestão Integrada Municipal, induziu ações de prevenção integradas, coordenadas com as demais forças de segurança e comunitárias.

Para atingir o objetivo geral, foram desenhados 12 objetivos específicos definidos através do diagnóstico, os quais podem ser verificados abaixo:

Quadro 2 - Comparação entre Objetivos Específicos do Plano de Segurança Municipal de 2006 e a Situação de 2022

Objetivos específicos	Situação em 2022
Reduzir as mortes no trânsito	Reduziu, mas ainda é uma questão
Reduzir homicídios	Atingido
Reduzir os roubos e furtos de veículos	Reduziu, mas ainda é uma questão
Reduzir os roubos e furtos de carga	Reduziu, mas ainda é uma questão
Reduzir sequestros	Reduziu substancialmente
Reduzir a violência intrafamiliar	Não há indicador específico que acompanhe
Reduzir a violência nas escolas	Não há indicador específico que acompanhe
Reduzir a violência entre Jovens	Não há indicador específico que acompanhe
Reduzir a violência contra a mulher	Aumentou
Promover a cultura de paz	Não há indicador específico que acompanhe
Reduzir o comércio e porte ilegal de armas de fogo	Não há indicador específico que acompanhe
Reduzir o comércio e consumo ilegal de álcool e drogas	Reduziu, mas ainda é uma questão

Fonte: Prefeitura de Jundiaí; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Como apontado no *Produto 2*, a maioria dos indicadores da cidade de Jundiaí acompanharam os números do Estado, apresentando melhoras substanciais no quadro

geral. Entretanto, alguns pontos ainda se sobressaem, como o caso do aumento de alguns crimes patrimoniais. A principal questão neste ponto é que, pela baixa capacidade de monitoramento de políticas públicas previstas no plano, não é possível estabelecer quais foram as contribuições dos órgãos para a redução. Assim, fragilizando a compreensão por meio de evidências de quais ações foram mais assertivas e quais necessitam ser refinadas.

Como é possível perceber, ao comparar o diagnóstico de 2006 com o de 2022, nota-se que houve reduções importantes nos indicadores, sobretudo no caso de crimes contra a vida. Mesmo com a queda dos crimes patrimoniais, ainda subsiste o problema com estes índices, sobretudo nos casos de furto e roubo. A ausência de indicadores específicos para acompanhamento de outros objetivos não permite concluir sobre a oscilação nos índices, a não ser marginalmente pelo acompanhamento de estatísticas relacionadas a outros crimes.

Em 2015, quando da última atualização do plano — realizada pela gestão municipal à época através do GGIM —, foi sublinhado que, apesar da trajetória descendente dos indicadores gerais, os crimes patrimoniais seguiam como um problema, bem como a violência contra a mulher e de grupos vulneráveis. O documento valorizava as iniciativas de prevenção adotadas pela gestão, ressaltando algumas medidas como investimento em tecnologias de ponta, contratação de novos guardas, zeladoria pública e projetos de cultura, esporte e lazer. O objetivo principal do plano era “Integrar de forma coordenada, planejada e sistematizada as ações das forças de segurança pública e privada do território municipal [...] atuando nos segmentos da informação, prevenção e repressão ao crime e às anormalidades à paz social” (p.10).

Para construção do plano em 2015, a gestão definiu 10 desafios prioritários que pretendia enfrentar, relacionando-os a 35 metas específicas. Segundo aquele documento, os desafios da cidade eram:

1. Retirar os jovens de grupos e situações de risco;
2. Redução da população em situação de rua;
3. Redução das áreas de vulnerabilidade social;

4. Uso do espaço público;
5. Prevenir a violência nas escolas;
6. Aprimorar o atendimento à violência doméstica;
7. Intensificar a redução dos crimes contra a vida;
8. Redução dos crimes contra o patrimônio;
9. Obtenção da participação popular na elaboração e execução de políticas públicas;
10. Integração dos diversos entes públicos.

A maioria dos desafios mencionados está consonante aos apontados no plano de 2006, com algumas adaptações mais genéricas que balizam a construção das metas que o Executivo Municipal deveria seguir. Destacadamente, é possível verificar algumas questões que aparecem como desafios já em 2015 e que persistem atualmente, como a população em situação de rua, a redução dos crimes contra o patrimônio e a redução das áreas de vulnerabilidade social. Entretanto, é digno de nota que o município possui iniciativas estabelecidas para atuar em cada uma dessas frentes, honrando os compromissos assumidos nos Planos de Governo e nos Planos Plurianuais.

Em outros pontos, como aprimorar o atendimento à violência doméstica, intensificar a redução de crimes contra a vida, o uso do espaço público, prevenir a violência nas escolas, integrar diversos entes públicos e participação social, o município parece ter conseguido avançar bastante atuando tanto na área de segurança pública estrito senso, como na implementação de ações de prevenção por outras áreas.

Contudo, algumas metas estabelecidas pelo plano de 2015, com a mudança de gestão, não foram adiante, principalmente as mais importantes para melhoria da governança e gestão.

Quadro 3 - Relação de Metas do Plano Municipal de Segurança Pública e Cidadania, Desafios relacionados e Situação atual

Meta	Desafio Relacionado	Situação
1. Criação do conselho municipal de segurança pública e cidadania	Todos	Concluído Formalmente
2. Criação do fundo municipal de segurança pública e cidadania	Todos	Concluído formalmente

3. Criação da secretaria municipal de segurança pública e cidadania	Todos	Concluído
4. Realização de audiências públicas junto às comunidades	9	Somente CONSEGs
5. Realização de diagnósticos específicos nas esferas da segurança pública e cidadania	Todos	Em Execução Parcialmente
6. Ampliação do contingente de guardas municipais	Todos	Concluído
7. Construção da sede da guarda municipal	Todos	Em Execução
8. Construção do canil da guarda municipal e inspetoria da região do vetor oeste	Todos	Em Execução Parcial
9. Ampliação da frota de viaturas da guarda municipal	Todos	Concluído
10. Construção da inspetoria da guarda municipal na região leste	Todos	Não Realizado
11. Construção de bases da guarda municipal nos terminais de ônibus	Todos	Não Realizado
12. Construção de postos de observação do GGI-M nas principais entradas e saídas da cidade	Todos	Não Realizado
13. Substituição dos equipamentos de radiocomunicação da guarda municipal, migrando do sistema analógico para o digital	Todos	Concluído
14. Ampliação do sistema de monitoramento e OCR da guarda municipal	8	Concluído
15. Transferência da 1ª cia do 11º BPM/I para a praça dos andradas	Todos	Concluído
16. Transferência do 49º BPM/I para o bairro do caxambu	Todos	Parcialmente
17. Integração das forças policiais — polícia militar e polícia civil — com a guarda municipal de Jundiaí	1, 4, 5, 6, 7, 10	Parcialmente
18. Integração dos entes e órgãos públicos dissociados da segurança pública	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10	Parcialmente
19. Programa vizinhança solidária e programa agentes de segurança e cidadania	1, 4, 5, 6, 7, 8	Parcialmente
20. Regulamentação dos vigilantes autônomos	8	Não Aplicável
21. Elaboração do plano diretor de iluminação pública	4 e 10	Não Aplicável
22. Conservação e manutenção das vias, logradouros e espaços públicos	1, 4, 5, 10	Não Aplicável
23. Programa “crack: é possível vencer”	1, 2, 10	Descontinuado
24. Ampliar a fiscalização de trânsito	8, 10	Concluído
25. Implantação do monitoramento interno e externo das escolas públicas	1, 5, 10	Não Aplicável
26. Construção de habitações sociais e reurbanização de áreas precárias	1, 3, 4, 10	Não Aplicável
27. Acolhimento de vítimas de violência doméstica através de convênios	3, 6, 7, 10	Concluído
28. Redução de áreas de risco	4, 7, 10	Não Aplicável
29. Atuação da defesa civil	3, 4 e 10	Não Aplicável
30. Atuação do corpo de bombeiros	3, 4 e 10	Não Aplicável
31. Construção da sede do corpo de bombeiros	3, 4 e 10	Concluído
32. Ampliação da fiscalização do meio ambiente	3, 4, 9 e 10	Em progresso
33. Instalação da delegacia da polícia federal	8 e 10	Não Aplicável
34. Deinter e CPI/PM	7, 8 e 10	Não Realizado
35. Foro municipal de segurança pública e cidadania	Todos	Concluído Formalmente

Fonte: Prefeitura de Jundiaí; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A coleta de informações para elaboração deste trabalho mostrou que algumas metas foram atingidas totalmente, outras somente formalmente com a edição de leis, e outras só estão sendo executadas pela atual gestão. Em alguns casos não foi possível verificar o alcance da meta, por falta de informação – essas situações estão marcadas com a categoria “não aplicável” na tabela anterior.

No caso das metas concluídas formalmente, destacam-se o (1) Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania, o (2) Fundo Municipal de Segurança e o (35) Foro Municipal de Segurança. As metas (6) ampliação do contingente de guardas, (13) substituição dos equipamentos de radiocomunicação, (14) ampliação do sistema de monitoramento e OCR da Guarda, (17) integração das forças policiais, entre outras, foram atingidas, mas seguem sendo prioridade do município, incrementadas pela atual gestão. Outras metas atingidas: 15, 16 e 31, com cessão de espaços para o funcionamento das companhias da PM, com renovações de convênios.

Algumas metas que não dependiam somente da capacidade municipal, mas principalmente de articulações políticas com outros entes federados, como a 33 e 34, que versam sobre a instalação, no Município, de uma unidade da Polícia Federal, um Comando de Policiamento do Interior e um Departamento de Polícia Judiciária, não foram alcançadas. Jundiaí até chegou a ter uma estrutura da Polícia Federal, mas ela fechou. Já as outras unidades não foram instaladas, ainda que permaneçam como demanda de alguns atores sociais. São questões que esbarram na própria organização interna das instituições e no desenho de segurança pública estadual, já que a cidade e a região estão sob a responsabilidade de centros sediados em Campinas. Recentemente, com a medida da Polícia Militar de centralização dos Centros de Operações (COPOM), o município inclusive deixou de ter uma central própria de atendimento 190, realocada para Campinas junto ao CPI-2.

Outras metas foram incorporadas pelos Planos de Governo e Planos Plurianuais da atual gestão, ainda em processo de implementação, como a construção de duas inspetorias e novo canil (8 e 10) e a ampliação da fiscalização do meio ambiente (32), que visavam aumentar a capilaridade regional de atendimento na cidade. Assim como construção de bases (11), só que não em terminais de ônibus da cidade e, a realização

de diagnóstico da segurança pública (5) que foi ampliado para subsidiar a modelagem de um novo plano de segurança.

Planos de Governo e Planos Plurianuais

A atual administração está no seu segundo mandato e vem dando atenção à segurança pública, prevendo um conjunto de ações nos seus planos de governos (2017 a 2020 e 2021 a 2024), e nos Planos Plurianuais¹⁰ (PPA) (2018 a 2021 e 2022 a 2025). Pela adoção da boa prática e cumprimento do princípio constitucional da transparência, todos os compromissos estabelecidos são acompanhados e classificados segundo estágio de execução em site próprio por meio de documentos e plataforma interativa de dados.

No primeiro mandato da atual gestão, em 2017, o plano governo previa a atualização do Plano Municipal de Segurança Pública e Cidadania, para isso necessitava da contratação de instituto especializado e financiamento. Por esta razão, enquanto captava recurso, seguiu executando o plano anterior (2015), conseguindo financiamento em 2020 e com previsão de início dos trabalhos para 2021. Esta foi a única ação inserida no PPA de 2018 a 2021, que não foi entregue.

Quadro 4 – Plano de Governo 2017/2020

Objetivo	Programa	Situação
Atualizar Plano de Segurança, estabelecer metas e ações	Cidadão Protegido	Em Andamento
Reintroduzir Programa Anjos da Guarda	Cidadão Protegido	Entregue
Implementar a Guarda Comunitária para reforço de patrulhamento nos Bairros	Cidadão Protegido	Entregue
Cursos Gratuitos de Capacitação de Vigilantes noturnos	Cidadão Protegido	Entregue
Expandir Sistema de Monitoramento por câmeras e sistema OCR nos bairros e em parceria com os vigilantes	Cidadão Protegido	Entregue
Retomar e Ampliar o Programa Educavi para profissionais e alunos do sistema municipal	Cidadão Protegido	Entregue
Fortalecer as ações de fiscalização ambiental da Serra do Japi e áreas de mananciais, realizadas em parceria com outros órgãos municipais e estaduais.	Cidadão Protegido	Entregue

¹⁰ <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/financeiro/orcamentos-e-contas/plano-plurianual-ppa/>

Combater o tráfico de Drogas com programas de inteligência e em parceria com as polícias	Cidadão Protegido	Entregue
Valorizar a carreira, capacitar permanentemente e aumentar anualmente o efetivo da GMJ	Cidadão Protegido	Entregue
Realizar reuniões do GGIM para propor ações integradas com outros órgãos	Cidadão Protegido	Entregue
Restabelecer reuniões com os CONSEGS	Cidadão Protegido	Entregue
Criar Aplicativo de segurança para celular para participação popular e informar	Cidadão Protegido	Entregue

Fonte: Prefeitura de Jundiá; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Ademais, como é possível observar na tabela anterior, pontos presentes nos planos de segurança de 2006 e 2015 foram selecionados para dar continuidade à política de segurança do município, permitindo continuidade dos trabalhos. Foi mantido o pressuposto da transversalidade das ações, mesmo que calcadas mais no trabalho da Unidade de Gestão de Segurança Pública e da Guarda Municipal. O Plano de Governo, em suas explicações sobre os objetivos, ressalta a conexão entre as ações, o Educavi, o Programa Anjo da Guarda e o Projeto Centro e Bairro Seguros, que seriam complementares nas regiões mais vulneráveis, fazendo parte também da iniciativa de Combate às Drogas.

Quadro 5 – Programas Previstos no Plano Plurianual 2018/2021

Programa	Ação	Descrição	META
Cidadão Protegido	Manter e Expandir de Videomonitoramento	Aumentar número de Câmeras	303
Cidadão Protegido	Palestras da GM	Disseminação da Cultura da Paz	50
Município Seguro	Construção de inspetorias para a Guarda Municipal	Na Zona Leste e Norte	Obra realizada. 1 em 2020; 1 em 2021
Município Seguro	Município Seguro - PMS	Implantar Projeto de Segurança no Município visando a Proteção do Patrimônio Público e a Ordem Social	Projeto Implantado em 2021
Município Seguro	Construção do Canil da Guarda	Construir Novo Canil	Obra realizada em 2020
Município Seguro	Construção da Sede da Guarda	Construir nova sede	Obra realizada em 2021
Município Seguro	Aquisição de stand de tiro virtual	Contratação de Software de instrução	Qualificar 370 servidores por ano

Administrativa	Despesas com Pessoal e Encargos	Honrar pagamentos	Não Aplicável
Administrativa	Gerenciar Frota de Veículos	Manutenção veicular	Veículos Mantidos. 314 (2018); 336 (2019); 358 (2020); 365 (2021)
Administrativa	Gestão Operacional da Junta de Serviço Militar	PROMOVER GESTÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR (LEI FEDERAL Nº 4.375/64)	Não Aplicável
Administrativa	Gestão operacional dos convênios com as polícias	Promover Gestão Operacional dos Convênios com Polícias	Convênio Mantido/renovado a cada ano.
Município Seguro	Aparelhar os Profissionais da Guarda Municipal	Despesas com EPis	Atender 362 profissionais por ano.
Município Seguro	Manutenção das Operações e Instalações da Segurança Municipal	Despesas operacionais e de manutenção de instalações	Não Aplicável
Município Seguro	Gestão Operacional do GGIM	Promover gestão op. GGIM	Não Aplicável
Município Seguro	Gestão Operacional da Defesa Civil	Manter ações realizadas e despesas administrativas	Não Aplicável
Administrativo	Gestão Operacional do Convênio com o Bombeiro	Gestão do convênio do Município com o Bombeiro	Convênio Mantido
Município Seguro	Operacionalização do Sistema de videomonitoramento	Manter e Ampliar	Instalar 263 equipamentos em 2018 e 40 em 2019

Fonte: Prefeitura de Jundiá; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Outras propostas e ações para segurança pública que não entraram no plano de governo, mas que faziam parte dos planos anteriores, foram inseridas no Plano Plurianual de 2018, com vigência até 2021. Ações previstas para Defesa Civil, convênios e outras medidas de responsabilidade da Casa Civil, também foram mantidas na categoria segurança pública.

De todas as medidas, chama a atenção que as obras sejam o principal empecilho para as conclusões das metas estabelecidas, inclusive pela dificuldade de conseguir verbas necessárias para sua concretização. Por essa razão, mesmo no período do Plano Plurianual seguinte houve a prorrogação das entregas. Entretanto, a atual gestão e a pasta de Segurança Municipal conseguiram obter recursos e avançar dando andamento às obras, sobretudo a da nova sede.

A linha principal das ações previstas está em manter e ampliar o funcionamento do efetivo, dos recursos materiais e financeiros e do videomonitoramento, principalmente com sistema OCR. Esta última estratégia, inclusive, é a principal realização de diferentes administrações no investimento de tecnologia de ponta, previsto no plano de segurança de 2015. As metas de ampliação foram superadas e o sistema serve, também, para integrar diferentes municípios que utilizam o mesmo programa de reconhecimento óptico e leitura de caracteres.

É necessário registrar que algumas das metas do PPA podem ter sido afetadas pelo contexto da emergência sanitária causada pela pandemia da Covid-19, que comprometeu as ações planejadas para 2020 e 2021 em todo o país. Possivelmente por esta razão, algumas das ações foram prorrogadas para o Plano de Governo e o PPA do atual mandato, e estão em andamento.

No Plano de Governo que compreende o período de 2021 a 2024, as ações foram reduzidas em quantidade se comparados ao anterior, mas foi ampliado o foco na sua entrega, em especial as de execução contínua como, por exemplo, a manutenção/ampliação do efetivo, ampliação da vigilância na Serra do Japi, ampliação do programa Anjos da Guarda.

Quadro 6 – Plano de Governo 2021/2024

Objetivo	Programa	Situação
Ampliar a vigilância e proteção da Serra do Japi, garantindo sistema de alerta contra incêndio e sua preservação ambiental.	Município Sustentável	Em Andamento
Ampliar o efetivo da Guarda Municipal.	Município Seguro	Em Andamento
Ampliar o programa Anjos da Guarda, voltado para a ronda escolar.	Município Seguro	Não Iniciada
Capacitar os guardas municipais, priorizando o conceito de guarda comunitária e o uso de tecnologia para gestão da segurança.	Município Seguro	Em Andamento
Consolidar a readequação do arcabouço jurídico da Guarda Municipal	Município Seguro	Em Andamento
Construir a nova sede da Guarda Municipal e CICOM – Centro Integrado de Comando, integrado com serviços de urgência (Samu, Saec e Defesa Civil) e Mobilidade	Município Seguro	Em Andamento
Construir o posto avançado da Guarda Municipal na região do Vetor Oeste	Município Seguro	Em Andamento
Intensificar o emprego da tecnologia para o monitoramento, planejamento e aplicação das estratégias de segurança	Município Seguro	Em Andamento

Fonte: Prefeitura de Jundiaí; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Chama atenção no Plano de Governo (2021 – 2024), o objetivo de readequar o arcabouço jurídico da Guarda Municipal, pensando nas novas formas de ação e delimitações vigentes atualmente. Entretanto, é importante registrar como o plano está centrado na Guarda, não versando, por exemplo, sobre o fortalecimento do papel estratégico da Unidade de Gestão.

Outro ponto que é necessário destacar é que, como descrito neste diagnóstico, o programa Anjos da Guarda, uma das medidas reativadas no mandato anterior e que fazem parte da política macro Urban95, ainda não foi iniciada. Considerando o coletado nas entrevistas, infere-se que, mesmo com aumento paulatino do efetivo, das ações de incremento de equipamentos e viaturas, não foi possível priorizá-lo. De outro lado, a rede de videomonitoramento parece ser uma das políticas que mais consegue financiamento e consegue ampliar sua rede, mesmo que outras tecnologias não tenham tido o mesmo sucesso na implementação.

O PPA de 2022 a 2025 também aponta para o mesmo cenário, exceto pela inclusão de ações para melhoria da saúde, bem-estar e capacitação dos profissionais da GMJ e da UGSM. Cabe destaque, também, para modernização da infraestrutura da unidade de gestão, mesmo que não tenham elementos mais descritivos que apontem quais seriam os pontos prioritários para tanto.

Quadro 7 – Plano Plurianual 2022/2025

Programa	Ação	Descrição	META
Município Seguro	Operações	Realizar Operações	2855
Município Seguro	Segurança de Instalações	Patrulhamento em Instalações Públicas	55.000
Município Seguro	Construção de inspetorias para a Guarda Municipal	2 Inspetorias	Obra realizada. 1 em 2024; 1 em 2025

Município Seguro	Implantar Projeto de Segurança no Município visando a Proteção do Patrimônio Público e a Ordem Social	Investimento com aquisições de armamento, coletes balísticos, veículos; cursos de aprimoramento dos profissionais da UGSM/GMJ, diagnóstico da violência e plano de segurança e expansão e aperfeiçoamento do sistema de vigilância eletrônica.	Projeto Realizado em 2023
Município Seguro	Promover Saúde e Bem-Estar dos Guardas	Promover Ações Objetivando melhora dos Integrantes da GMJ	Atingir 373 guardas por ano
Município Seguro	Construção do Canil da Guarda	Construir Novo Canil	Obra realizada em 2022
Município Seguro	Aquisição de stand de tiro virtual	Contratação de Software de instrução	Qualificar 373 servidores por ano em 2024 e 2025
Município Seguro	Modernizar Infraestrutura da Unidade de Gestão	Adquirir equipamentos, instalar contêineres para bases fixas, Tótems para informar os cidadãos e aquisição de veículos	Realizada em 2025
Administrativa	Despesas com Pessoal e Encargos	Honrar pagamentos	Não Aplicável
Administrativa	Gerenciar Frota de Veículos	Manutenção veicular	Não Aplicável
Administrativa	Gestão Operacional da Junta de Serviço Militar	Promover gestão das despesas administrativas da Junta de Serviço Militar (Lei Federal nº 4.375/64)	Não Aplicável
Administrativa	Gestão operacional dos convênios com as polícias	Promover Gestão Operacional dos Convênios com Polícias	Convênio Mantido/renovado a cada ano.

Município Seguro	Aparelhar os Profissionais da Guarda Municipal	Despesas com EPIs	Atender 373 profissionais por ano.
Município Seguro	Manutenção das Operações e Instalações da Segurança Municipal	Despesas operacionais e de manutenção de instalações	Não Aplicável
Município Seguro	Gestão Operacional do GGIM	Promover gestão op. GGIM	Não Aplicável
Município Seguro	Gestão Operacional da Defesa Civil	Manter ações realizadas e despesas administrativas	Não Aplicável
Administrativo	Gestão Operacional do Convênio com o Bombeiro	Gestão do convênio do Município com o Bombeiro	Não Aplicável
Município Seguro	Operacionalização do Sistema de videomonitoramento	Manter e Ampliar	Instalar 263 equipamentos em 2018 e 40 em 2019

Fonte: Prefeitura de Jundiá; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

No PPA de 2022 a 2025 os itens foram majorados, incluindo ações e metas mais abrangentes, em especial a realização de operações e ações de patrulhamento em instalações. Este Plano Plurianual, bem como o Plano de Governo atual, parece apontar para além da continuidade das ações previstas nos planos de segurança pública vigentes, desenhando a marca própria que a administração deseja imprimir para área nos próximos anos.

Isso converge com os movimentos de busca pela ampliação das fontes de recursos para a área e de novas parcerias para investir na melhoria da UGSM e da GMJ. Cabe ressaltar a realização de ações previstas como a compra de armamentos, além de outros equipamentos como coletes, escudos balísticos, drones de vigilância e cursos de aprimoramento. A composição dos recursos captados e os próprios, parece apontar para um aumento do investimento inédito no município.

A análise dos documentos permite identificar um cenário de continuidade nos rumos da gestão da segurança municipal.

BASES PARA UM NOVO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Este capítulo tem a finalidade de ser um documento base para a construção do novo Plano de Segurança de Jundiaí. A ideia é que ele sirva como texto de discussão no processo participativo que consolidará o conteúdo do novo Plano. Desta forma, ele se reduz uma proposta de organização geral do Plano e da consolidação de ações mencionadas ou não ao longo deste trabalho, com vistas a solucionar eventuais problemas encontrados, aproveitar as oportunidades de melhoria e, com isso ampliar ainda mais a qualidade da atuação municipal em questões relacionadas à violência e à criminalidade.

Algumas premissas pautam o desenho que será apresentado, dentre elas a compreensão de que mais do que um formulário um novo plano centrado na atuação da GMJ, está na hora de Jundiaí constituir uma verdadeira política intersetorial de segurança. A segunda, decorrente da primeira, é a necessidade de aprimoramento do sistema de governança e gestão do tema.

Também é fundamental na modelagem que as ações, quando forem ser detalhadas, tenham focos claros em relação ao território, ao público-alvo e aos fatores de risco. O plano deve contemplar, não apenas em sua formulação, mas também no seu monitoramento e avaliação, a participação social.

Dito isso, é importante resgatar a informação de que a Lei 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), estabelece diversas diretrizes para a formulação do Plano Nacional de Segurança Pública que podem – e devem – orientar a elaboração e a execução do Plano Municipal¹¹:

- Adotar estratégias de articulação entre órgãos públicos, entidades privadas, corporações policiais e organismos internacionais para a execução de políticas de segurança pública e defesa social;

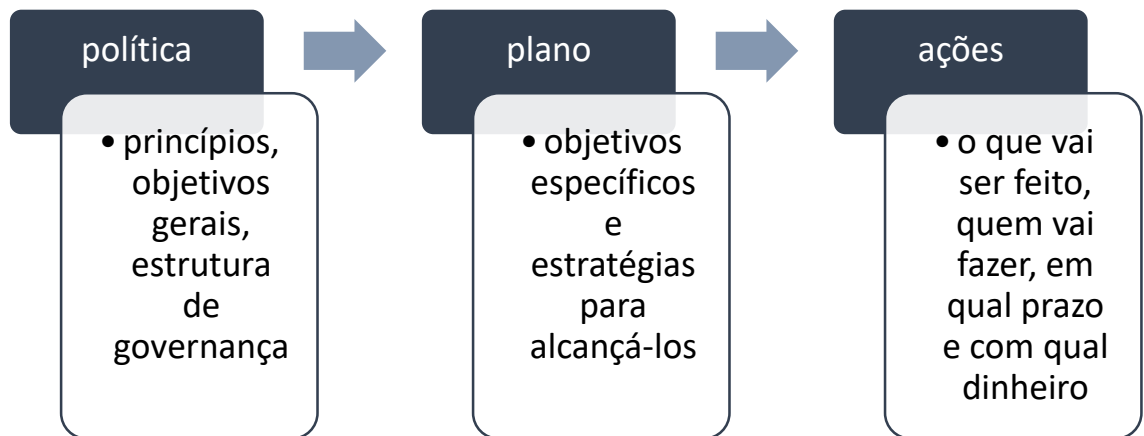
¹¹ Adaptação dos artigos 23 e 24 da Lei nº13.675/2018.

- Integrar projetos nas áreas de saúde, planejamento familiar, educação, trabalho, assistência social, previdência social, cultura, desporto e lazer, no viés preventivo;
- Viabilizar ampla participação social na formulação, implementação e avaliação das políticas de segurança pública e defesa social;
- Desenvolver projetos de prevenção articulados com escolas, sociedade e família;
- Incentivar a inclusão das disciplinas de prevenção da violência e de prevenção de desastres nos conteúdos;
- Ampliar as alternativas de inserção econômica e social dos egressos do sistema prisional;
- Garantir a efetividade dos programas, ações, atividades e projetos das políticas de segurança pública e defesa social;
- Promover o monitoramento e a avaliação das políticas de segurança pública e defesa social;
- Fomentar a produção de conhecimento e reflexão sobre o fenômeno da criminalidade
- Fomentar a harmonização e o trabalho conjunto dos integrantes do Susp;
- Garantir o planejamento e a execução de políticas de segurança pública e defesa social;
- Fomentar estudos de planejamento urbano para que medidas de prevenção da criminalidade façam parte do plano diretor das cidades, de forma a estimular, entre outras ações, o reforço na iluminação pública e a verificação de pessoas e de famílias em situação de risco social e criminal;
- Prever metas e avaliação anual com participação do Poder Legislativo.

Cabe, ainda, lembrar que o artigo 45 da Lei do SUSP prevê que “deverão ser realizadas conferências a cada cinco anos para debater as diretrizes dos planos nacional, estaduais e municipais de segurança pública e defesa social”, ou seja, ainda que o novo Plano venha a ser consolidado a partir de uma forma mais simples de participação social, é importante que a realização de uma Conferência Municipal de Segurança esteja no horizonte da gestão municipal.

Propõe-se que a elaboração do Plano seja desenvolvida em duas etapas:

1. Elaboração da Política Pública de Segurança e de Jundiaí, a ser consolidada em um Plano construído com participação social;
2. Detalhamento das ações e produção de uma matriz de responsabilidades, a ser formalizada por ato do Executivo



Para este primeiro momento de trabalho, o texto do Plano contém os seguintes elementos:

1. Princípios e Diretrizes Gerais que devem orientar a ação da segurança pública no Município;
2. Objetivos da Política, ou seja, dos resultados amplos que se deseja alcançar com sua execução;
3. Ações a serem implementadas para alcance dos objetivos do Plano e, conseqüentemente, da política.

Em outro documento apresentaremos uma proposta para estruturação da governança do Plano, ou seja, das instâncias, instrumentos e mecanismos que vão assegurar sua implementação.

Princípios e Diretrizes

Princípios e diretrizes traduzem coisas distintas. Os primeiros se referem a valores que orientam a política pública, enquanto as diretrizes comportam orientações, fixam os rumos e caminhos a serem seguidos.

Sugere-se como princípios da política de segurança pública de Jundiá:

- Proteção e promoção dos direitos humanos;
- Priorização da implementação de ações preventivas;
- Proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;
- Incentivo à participação e ao controle social;
- Reconhecimento e respeito às identidades individuais e coletivas;
- Respeito ao ordenamento jurídico e aos princípios da administração pública;
- Eficiência na prevenção da violência e do crime, no âmbito de suas competências;
- Resolução pacífica de conflitos;
- Uso comedido e proporcional da força;
- Promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública;
- Simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade;
- Relação harmônica e colaborativa entre os Poderes e as instâncias federativas;
- Transparência, responsabilização e prestação de contas.

Indica-se como diretrizes da política de segurança pública do Município:

- Promoção, proteção e defesa dos direitos humanos como valor essencial da atuação da Guarda Municipal;
- Profissionalização da gestão das políticas de segurança pública;
- Formulação de políticas públicas baseadas em evidências e boas práticas;
- Atendimento imediato aos cidadãos;
- Articulação e coordenação de ações entre os diversos órgãos de governo e com os diversos poderes e entes da federação;

- Integração operacional com os órgãos estaduais de segurança pública;
- Qualificação permanente dos profissionais de segurança pública;
- Atuação com foco territorial e com priorização do atendimento humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Fortalecimento da cultura de paz e de estratégias de solução pacífica de conflitos.

Objetivos da Política de Segurança

Entende-se como pertinente a busca dos seguintes objetivos pela política de segurança pública de Jundiaí:

1. Reforçar a implementação de ações, projetos e programas intersetoriais de prevenção à violência e criminalidade;
2. Ampliar a aproximação da Guarda com a comunidade;
- 3. Ampliar a sensação de segurança da população;**
4. Disseminar e consolidar a cultura de paz no Município.

Eixos e Ações

Optamos por apresentar um rol reduzido de ações consideradas centrais e fundamentais e que são apresentadas a seguir organizadas nos seguintes eixos temáticos:

1. Gestão e governança;
2. Fortalecimento institucional da Guarda Municipal de Jundiaí;
3. Programas e ações de prevenção.

Eixo 1 - Gestão e governança

- a) Fortalecer o papel e a estrutura da UGSM para a coordenação das ações de prevenção desenvolvidas pelo Município e implementação do Novo Plano Municipal de Segurança;;
- b) Elaborar planejamento estratégico da UGSM e da GMJ;
- c) Reativar o GGI-M, fortalecendo seu mecanismo intersetorial e possibilidades de atuação com outros órgãos estaduais e federais, e integrando-o à UGSM
- d) Investir na produção e análise de dados estatísticos, com o acompanhamento e avaliação das políticas realizadas;
- e) Assegurar o acesso aos dados de criminalidade produzidos pelo sistema estadual de segurança pública;
- f) Fortalecer o papel e a estrutura da UGSM para a coordenação das ações de prevenção desenvolvidas pelo Município e implementação do Novo Plano Municipal de Segurança;
- g) Definir territórios e públicos-alvo prioritários para as ações preventivas desenvolvidas pelo conjunto de Unidades de Gestão do Município, de acordo com as especificidades locais (urbano/rural; presença de dinâmicas criminais organizadas; população em situação de rua e drogadição);
- h) Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados dos programas de prevenção desenvolvidos pelo Município;
- i) Pactuar planejamento conjunto de médio prazo com os municípios vizinhos, com foco em ações que façam frente às dinâmicas criminais e de segurança comuns (p. ex.: roubo de carga, conurbação), e incrementem a articulação intermunicipal dos órgãos executores da política de segurança;
- j) Aperfeiçoar o planejamento conjunto entre a UGSM e a UGPUMA - Planejamento Urbano e Meio Ambiente para vigilância, defesa e proteção da Serra do Japi;
- k) Realizar reuniões periódicas do Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania e instituir outros mecanismos de participação social nas políticas de segurança, de maneira colaborativa e transversal (incluindo conselhos e outras

- formas de participação social existentes nas áreas rurais do município), integrando-os à atuação da UGSM;
- l) Fortalecimento do diálogo com o Governo Federal e Governo Estadual, por meio de programas de transferência de recursos para o município, como o PRONASCI 2 (federal) e o AgroSP + Seguro (estadual).
 - m) Integração do Plano Municipal de Segurança com demais Planos Municipais temáticos já existentes ou em elaboração.
 - n) Fortalecer a integração dos serviços de Fiscalização de Trânsito e Defesa Civil à UGSM, de modo a melhor articular, planejar e executar serviços de segurança, fiscalização e emergência.

Eixo 2 – Fortalecimento institucional da Guarda Municipal de Jundiaí

- a) Descentralizar unidades operacionais por meio da instalação de novas inspetorias e/ou postos avançados;
- b) Ampliar o efetivo da GMJ;
- c) Desenvolver sistemas e protocolos para análise de riscos e definição de prioridades operacionais;
- d) Produzir mapeamento de competências e perfil profissiográfico para subsidiar a elaboração de novos editais de concurso;
- e) Criar setor/departamento de recursos humanos;
- f) Implementar programa compreensivo de atenção biopsicossocial para os guardas municipais;
- g) Assegurar capacitação específica para os profissionais que atuam em unidades especializadas;
- h) Fortalecer a capacitação dos guardas para atuação preventiva, em especial em temas relacionados a ações comunitárias e mediação de conflitos, incluindo em ambiente escolar, com ações realizadas em conjunto com demais Unidades de Gestão (em andamento);

- i) Promover capacitação continuada dos guardas sobre violência de gênero e atendimento e acolhimento humanizado de meninas e mulheres vítimas de violência doméstica e sexual (em andamento);
- j) Produzir, de forma participativa, cartilhas, manuais e procedimentos operacionais de atuação da Guarda em relação aos segmentos vulneráveis (adolescentes e jovens, mulheres, população em situação de rua, pessoa em estado alterado de consciência, etc) que se tornem públicos e disponíveis para todos os cidadãos;
- k) Garantir equipamentos de proteção individual e coletivos específicos para todo o efetivo e que contemplem diferenças de gênero e compleição física (em andamento).

Eixo 3 – Programas e ações de prevenção

- a) Aprimorar programas intersetoriais e transversais de prevenção, com foco territorial e público-alvo definido, que fortaleçam o acesso à cultura, esporte, lazer, assistência social, educação, inserção produtiva e ocupação dos espaços públicos, com foco em territórios mais vulneráveis;;
- b) Desenvolver iniciativas intersetoriais voltadas à proteção de grupos de risco, em especial crianças, jovens e mulheres;
- c) Instalar núcleos de mediação de conflitos nos territórios vulneráveis;
- d) Articular rede de acolhimento de egressos do sistema prisional e do socioeducativo, com foco em cidadania, qualificação profissional e garantia de emprego e renda;
- e) Formular e implementar programa intersetorial de acolhimento das vítimas de violência;
- f) Fortalecer a Patrulha Guardiã Maria da Penha e realizar ações conjuntas com a Patrulha Municipal da Pessoa Idosa, a ser inaugurada em junho/2023;
- g) Fortalecer o programa Anjos da Guarda, ações de mediação de conflitos e promoção de cultura de paz no ambiente escolar, em parceria com a Educação, assim como ações de prevenção a atos violentos no ambiente escolar;

- h) Fomentar, por meio do diálogo, iniciativas locais e interinstitucionais voltadas ao controle de armas de fogo irregulares e ilegais, dentro das responsabilidades municipais;
- i) Implementar calendário de mutirão de serviços, com a realização de eventos em territórios com maiores índices de vulnerabilidade, com ações conjugadas das diferentes políticas públicas e sociais desenvolvidas no município (saúde, assistência social, cidadania, educação, esporte, lazer, segurança, desenvolvimento social e econômico, etc), fortalecendo a percepção de presença do poder público no território, pertencimento e valorização de sua população junto ao município;
- j) Fortalecimento dos mecanismos já presentes no município: Plataformas de Gestão e Núcleo de Articulação de Políticas Públicas, com a integração da política de segurança e divisão de responsabilidades em relação a outros atendimentos necessários para a garantia de direitos da população;
- k) Realizar programas e ações de acordo com a necessidade da região e monitoramento das demandas (Por exemplo, população idosa no município, população em situação de rua e drogadição).
- l) Fomentar articulação entre UGSM/GMJ e FUMAS, de modo a garantir a aproximação da GMJ das dinâmicas de planejamento e lançamento de novos núcleos de habitação social, conforme preconizado no inciso XV do Art 5o do Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei no 13.022/14), e podendo avançar para o desenvolvimento conjunto de códigos de convivência cidadã junto aos novos moradores de áreas recém lançadas;
- m) Fomentar espaço de diálogo interinstitucional periódico para tratar dos roubos de carga no município, envolvendo atores como GMJ, PM, Batalhão da Polícia Militar Rodoviária, Empresas de transporte, Centros de distribuição, Concessionárias das rodovias.
- n) Fomentar legislação e regulamentação municipal com relação à perturbação do sossego, como níveis de ruído aceitáveis, horários de tolerância segundo região da cidade, responsabilidades na fiscalização das infrações e tipo de

responsabilização decorrente (advertência, multa, apreensão de equipamento, etc), de modo a subsidiar a atuação da GMJ nos chamados da população com relação à questão.

ANEXO I - BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA - BENCHMARKS¹²

A seguir serão apresentadas algumas iniciativas, consideradas boas práticas, de ações preventivas implementadas no Brasil e no mundo e que podem servir de inspiração ou até mesmo serem replicadas em Jundiá.

Iniciativas voltadas à redução de vulnerabilidades mediante acesso a direitos

- **Estação Juventude - Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República** - disponibilização de um espaço de/para/com a juventude instalado em equipamento público de acesso livre, onde os jovens encontram um ambiente acolhedor, informações sobre políticas públicas e atividades que favorecem participação, sociabilidade, atividades culturais e troca de informações, além de serviços e apoio para a estruturação/reestruturação de trajetórias de inclusão, autonomia e emancipação;
- **Centro Comunitário da Paz (COMPAZ)** – Prefeitura de Recife, Pernambuco – O COMPAZ tem como objetivo garantir a inclusão social, cidadania, fortalecimento comunitário e difusão da cultura de paz. Para tanto, oferece serviços de atendimento ao consumidor, mediação de conflitos, consultoria em empreendedorismo e cursos de capacitação profissional diversos, além de atividades culturais e esportivas, serviço de assistência social, Procon e biblioteca comunitária. Com isso, o centro reduz os deslocamentos até o centro da cidade ao se encontrar em áreas estratégicas, além demonstrar a preocupação da cidade com seus cidadãos ao oferecer-lhes serviços de qualidade que podem e devem ser apropriados pelas comunidades locais. O fomento à consolidação de Unidades semelhantes ao COMPAZ deve considerar a criação de unidades segundo a disponibilização em áreas críticas e de fácil acesso aos grupos mais

¹² Material produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no âmbito de parceria desenvolvida com o Banco Mundial, em 2016, e com o Município de Teresina em 2020.

vulneráveis, oferta de serviços em convergência com as demandas e necessidades concretas dos seus usuários e promoção de mecanismos para capacitação regular dos agentes e prestadores dos serviços, em adequação às filosofias e diretrizes de prevenção às criminalidades e desordens e à garantia de direitos dos usuários.

- **Plug Minas** – parceria entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, empresas privadas e instituições da sociedade civil – O Centro de Formação e Experimentação Digital visa ser agente na promoção da formação das juventudes, criando oportunidades de desenvolvimento e difusão de tecnologias educacionais inovadoras, baseadas na experimentação, no diálogo com o jovem e na produção colaborativa do conhecimento, com vistas à inserção autônoma no mundo do trabalho e à participação cidadã;
- **Rede Cuca** – Fortaleza, Ceará – Os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza (Cucas) são espaços onde se desenvolvem gratuitamente atividades artísticas, culturais e esportivas dirigidas à população jovem, na faixa etária de 15 a 29 anos. Além disso, a Rede Cuca também visa trazer para a periferia de Fortaleza possibilidades e alternativas de fruição cultural por meio da realização de eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema. Cinco Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte formam a Rede Cuca: Cuca Barra, Cuca Mondubim, Cuca Jangurussu, Cuca José Walter e Cuca Pici. Outro pilar da política pública é a criação de oportunidades de inserção profissional através de cursos de qualificação básica e intermediária e de seleções, como os projetos de jovens monitores nas áreas de esporte, cultura, saúde/psicossocial e jovens comunicadores. O equipamento foi pensado para se tornar um espaço de encontro e convivência da população jovem, de sociabilidade e de participação, permitindo novas formas de interação, de realização de vivências de valores e comportamentos.
- **Agência da Boa Notícia** – Prefeitura Municipal de Canoas, Rio Grande do Sul – Consiste em uma das ações do PRONASCI desenvolvidas no Território da Paz

Guajuviras, em Canoas, RS. O objetivo foi utilizar recursos multimídia para o desenvolvimento de oficinas de comunicação direcionadas a jovens de 15 a 24 anos, e propagar os trabalhos dos participantes por meio de uma agência virtual de notícias que contou um estúdio de TV e outro de rádio. O projeto reúne jovens para se tornarem protagonistas de um movimento capaz de colher no próprio território as “boas notícias” e compartilhá-las com a comunidade.

- **Busca Ativa** – Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco - o programa mobiliza voluntários, entre moradores, agentes comunitários de saúde e equipe técnica da Prefeitura que visitam residências do município à procura de crianças de 4 a 5 anos que estejam fora da escola.
- **Golombiao, El Juego de la paz** – Colômbia - o programa faz uso de uma forma de futebol modificada como uma estratégia para fortalecer as habilidades e o desenvolvimentos das crianças dentro da comunidade, promovendo participação, igualdade de gênero e desenvolvimentos pessoais e da comunidade. Foca em mudanças dentro da família, nos bairros, nas comunidades e escolas.
- **A Ganar** - Partners of the Americas – Implementado em diversos países, como Argentina, Barbados, Brasil, Dominica, República Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México e Uruguai, o programa é destinado a jovens de 16 a 24 anos, que adquirem capacidades para entrar no mercado de trabalho. O programa foca em seis habilidades que vem do esporte: trabalho em equipe, comunicação, disciplina, respeito, resultado, e aperfeiçoamento contínuo. Em 7 a 9 meses os jovens adquirem capacidades vocacionais e completam estágios em empresas locais.

Iniciativas com foco específico na prevenção à violência juvenil

- **Programa Jovem de Expressão** – Grupo Caixa Seguros – implementado no Distrito Federal, trata-se de uma usina de produção cultural, comunicação e

engajamento juvenil para diminuir a exposição de jovens às situações de violência.

- **Guarda Municipal e Educação** – Fortaleza, Ceará – Parceria entre a Guarda Municipal de Fortaleza e a pasta de educação da prefeitura, mediada pela Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (Sesec). O projeto não se limita à ronda escolar, mas envolve ações de capacitação, envolvimento com conselhos escolares e mediação voltados para a construção de um legado preventivo estruturante na comunidade. Nesse caso, o trabalho da Guarda com as escolas tem foco tanto nos alunos quanto nos professores e comunidade, trabalhando a partir de dois agrupamentos: um de mediação e outro de segurança. Esse trabalho da Guarda é assessorado pelo sistema de informações da Sesec, que mantém dados sobre a violência escolar alimentados por cada diretor de escola.
- **Luta pela Paz** – Rede Global da Luta pela Paz – implementado em 25 países, dentre eles o Brasil e a Inglaterra, utiliza boxe e artes marciais, combinados com educação e desenvolvimento pessoal, para desenvolver o potencial dos jovens em comunidades que sofrem com o crime e com a violência.
- **The parents/Families Matter** - International Rescue Committee – implementado em diversos países do continente africano e nos Estados Unidos, é um programa focado nos pais de crianças destinado a promover práticas positivas de comunicação sobre assuntos como sexo, sexualidade, violência física, emocional e abuso sexual. O programa é executado por grupos da comunidade para pais e cuidadores de crianças de 9 a 12 anos.
- **Programa H** – Promundo – Desenvolvido no Brasil e adaptado em mais de 20 países, o projeto é direcionado a crianças e jovens de 15 a 24 anos e visa promover a reflexão sobre normas rígidas associadas a masculinidade. A metodologia combina oficinas educativas com campanhas de sensibilização, as quais ajudam os jovens a mudar atitudes não equitativas e a adotar comportamentos mais saudáveis de gestão de conflitos.
- **Stop Now and Plan** - Child Development Institute Violence – Implementado em diversos países, dentre eles Canadá, Finlândia, Nova Zelândia e Suíça, é um

programa direcionado a crianças com problemas de comportamento e em risco de se tornarem jovens infratores. O programa ajuda as crianças e os pais a lidarem efetivamente com seus problemas de raiva e de controle impulsivos, ensinando como conseguir parar e pensar antes de agir. Com ajuda e prática, pais e filhos são capazes de parar, se acalmar e criar soluções positivas.

- **Sistema de Proteção Escolar e Cidadania** – Secretaria Estadual de Educação de São Paulo – Desenvolvido desde 2009 em escolas estaduais paulistas, consolida um conjunto de ações, métodos e ferramentas que visam a disseminar e articular práticas voltadas à prevenção de conflitos no ambiente escolar, à integração entre a escola e a rede social de garantia dos direitos da criança e do adolescente e à proteção da comunidade escolar e do patrimônio público.

Iniciativas que buscam a redução da vitimização e da letalidade juvenil

- **Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos** - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais – Busca garantir orientação jurídica e atendimento psicossocial a vítimas e aos familiares de vítimas de homicídio (tentado ou consumado), latrocínio, estupro, estupro de vulnerável, tráfico de pessoas e violência estatal/institucional (tortura, execução extrajudicial e desaparecimento forçado).
- **Fala Jovem** – Grupo Caixa Seguros – vertente do Programa Jovem de Expressão voltada à terapia comunitária, um espaço onde os jovens, os pais e outras pessoas expostas à violência dividem seus receios, suas preocupações e suas propostas para uma convivência social melhor.
- **Programa Vila Bairro Segurança** - Município de Teresina, Piauí – Integra ações conjuntas de segurança entre a Polícia Militar e a Guarda Municipal. O programa prevê duas fontes principais de ação. A frente de prevenção contempla ações integradas que buscam a identificação de fatores de risco e fatores protetivos, além do redirecionamento da vida dos indivíduos inseridos em situações de vulnerabilidade e risco social. Esta frente está composta projetos de prevenção

primária e de prevenção secundária. A prevenção primária consiste no desenvolvimento de eixos, metas e ações integradas para impactar a vida de jovens em grupos de produção, centros de artesanato e escolas. A prevenção secundária está vinculada ao Projeto Todos por Um, uma ação da escola para mapear adolescentes em situação de vulnerabilidade a violência, encaminhando-os para uma equipe técnica que redirecionaria suas trajetórias de vida, sob a coordenação e monitoramento da Guarda Civil Municipal. A frente de proteção, por sua vez, visa a atuação integrada do Município e da Secretaria de Segurança Pública do Estado e Poder Judiciário na construção e execução de projetos e estratégias direcionadas ao enfrentamento da violência e proteção do território.

- **Núcleos de Mediação de Conflito** – Fortaleza, Ceará: criados em 2014 e distribuídos territorialmente, os Núcleos consistem em uma parceria entre a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (Sesec) e a Guarda Municipal. Particularmente, a ação dos Núcleos se dá tanto pela procura espontânea quanto pelo encaminhamento feito por Delegacias de Polícia, unidades policiais e juizados especiais. O objetivo dessa política é a promoção da cultura da paz por meio do diálogo e ações pacíficas e preventivas na resolução de conflitos. Por sua vez, o serviço de mediação é monitorado pelo Sistema de Acompanhamento e Monitoramento de Mediações (Sisame), desenvolvido pela Sesec. Esse sistema é responsável pelo registro de informações e produção de relatórios que possibilitem a identificação de perfis socioeconômicos de usuários, bem como dados qualitativos e quantitativos relativos as mediações.
- **Casa Sofia** – Governo do Estado de São Paulo - Através do telefone 0800, a Casa Sofia oferece um espaço para mulheres vítimas de violência domésticas. As mulheres são ouvidas e recebem acolhimento para partilharem suas histórias, mesmo no anonimato. Oferece apoio psicológico, jurídico, social, oficina de trabalhos de geração de empregos e renda, buscando restabelecer sua autoestima e cidadania.

Iniciativas relacionadas ao sistema socioeducativo

- **Serviço Liberdade Assistida e Serviço Prestação de Serviço à Comunidade** - Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte – O objetivo geral é possibilitar aos adolescentes em conflito com a lei as condições de assistência e orientação para o cumprimento da determinação judicial, garantidos os aspectos de proteção, segurança e valorização da vida em sociedade, por meio de sua inserção na escola, na família e nos espaços de qualificação profissional e geração de renda. Tais serviços foram orientados por um projeto de construção da cidadania que considera a subjetividade dos adolescentes em processo de responsabilização. Nesse modelo, trata-se de respeitar a individualidade e a história de vida de cada adolescente na perspectiva de construir soluções mais efetivas para uma alteração de rotas e perspectivas de vida.

ANEXO II – ENTREVISTAS REALIZADAS

Entrevistados	Instituição	Cargo	Data da entrevista
Marcelo Marques	GMJ	Corregedor	30/08
Marlus da Silva	UGSM	Diretor de Planejamento	30/08
Diógenes Torqueto Salas Júnior	UGSM	Diretor de Inteligência	30/08
Inspetor Mauro Castro Junior	GMJ	Coordenador Divisão Administrativa	31/08
Subinspetora Adriana Aparecida de Camargo	GMJ	Chefe Guardiã Maria da Penha	31/08
Subchefes Divisão Operacional	GMJ	Subinspetores	27/09
Benedito Marcos Moreno	GMJ	Comandante da GMJ	27/09
Inspetor Dênis Berni	GMJ	Coordenador do Centro de Instrução e Formação	28/09
Inspetor Paulo Henrique Munhoz	GMJ	Coordenador da Divisão Florestal	28/09
Diversos atores	UGSM	Coordenador e auxiliares de Inteligência	28/09
Gilberto Russo Jenuino	UGSM	Projeto tecnológicos	27/09
Cel. Carla Basson	UGSM	Gestora	27/09
Dirceu Cardoso	CONSeg Japi/Jundiaí	Presidente	30/09
Andrea Bonamingo	CONSeg Leste	Presidente	30/09
José Henrique de Oliveira Coelho	CONSeg Barão de Jundiahy	Presidente	30/09
Tânia Gurgel	UGE	Gestora adjunta	03/10
Paulo Sergio de Lemos Giacomello Stel	Casa Civil	Coordenador GGIM	03/10
Jones Henrique Martins	Unidade de Gestão de Governo e Finanças	Gestor Adjunto de Governo e responsáveis Observatório	03/10
Tiago Texera	UGPS	Gestor da Promoção da Saúde	05/10
Maria Brant	UGADS	Gestor	05/10
Sinesio Scarabello Filho	UGPUMA	Gestor Planejamento Urbano e Meio Ambiente	06/10
Cel. João Osório Gimenez Germano	UGCC	Coordenador da Defesa Civil	07/10
Marcelo Peroni	UGC	Gestor	10/10
Simone Zanotello de Oliveira	UGAGP	Gestora	10/10
Cel. Aloysio Queiroz	UGMT	Gestor	10/10

José Antonio Parimoschi	UGGF	Gestor	10/10
Camila Duarte Pina	Polícia Civil	Delegada	24/10
Tenente Coronel Cansian	Polícia Militar	Comandante 49º BPM/I	14/10
Luiz Claudio Tarallo	UGEL	Gestor	27/10
Gustavo Maryssael	UGCC	Gestor	28/10
José Galvão Braga Campos ou Crispim	FUMAS	Superintendente	02/03/2023
Eduardo José da Silveira Alvarez	Unid. Gestão Agronegócio, Abastecimento e Turismo	Gestor	10/02/2023
Cristiano Lopes	Unid. Gestão do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Gestor	10/02/2023
Tenente-Coronel Robinson Pomílio	Polícia Militar	Comandante 11º BPM/I	13/02/2023
Tenente Coronel Luodenir Bueno	Polícia Militar	Comandante 4º BPM/Rod	13/02/2023
Antonio Carlos Albino	Câmara Municipal	Presidente da Câmara Municipal	13/02/2023

ANEXO III – QUESTIONÁRIOS ENVIADOS/RESPONDIDOS

Órgão contatado	Data de envio	Respondido?
Assessoria de Políticas de Direitos Humanos	15/02/2023	Sim
Assessoria de Políticas para Igualdade Racial	15/02/2023	Não
Assessoria de Políticas para a Juventude	17/02/2023	Sim
Assessoria de Políticas para Mulheres	17/02/2023	Sim
Assessoria de Políticas para a Diversidade Sexual	17/02/2023	Sim
Assessoria de Políticas para o Idoso	17/02/2023	Sim
Assessoria de Políticas para a Pessoa com Deficiência	17/02/2023	Sim
Assessoria Especial da Região Metropolitana de Jundiaí	17/02/2023	Sim
Promotoria de Justiça de Jundiaí	24/02/2023	Não
Conselho Tutelar 1	24/02/2023	Sim
Conselho Tutelar 2	24/02/2023	Não
Conselho Tutelar 3	24/02/2023	Não
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)	24/02/2023	Não
19º Grupamento Corpo de Bombeiros de Jundiaí	28/02/2023	Não

ANEXO IV – DOCUMENTOS SOLICITADOS/RECEBIDOS

Documentos Solicitados	Recebido?
Organograma da UGSM	Sim
Legislação Pertinente da UGSM	Sim
Programas e projetos desenvolvidos com natureza, público-alvo, forma de intervenção e resultados obtidos	Apenas Bairro seguro
Orçamento previsto e executado por natureza e despesa	Apenas 2018 e 2021
Plano Municipal de Segurança com Modelo de Governança, instrumentos/mecanismo de monitoramento e avaliações realizadas.	Parcial; Apenas o plano
Conselho Municipal de Segurança - atas dos últimos 6 anos	Não
Conselhos Comunitários de Segurança: localização, quantidade de reuniões nos últimos 6 anos/por conselho	Não
Gabinete de Gestão Integrada Municipal: legislação pertinente, composição e atas das reuniões dos últimos 6 anos	Não
Convênios pactuados com a União nos últimos 6 anos com objeto, valor e execução	Não
Organograma da Guarda Municipal	Sim
Legislação Pertinente da Guarda Municipal	Sim
Efetivo da Guarda Municipal por sexo, idade, raça/cor e por tempo de serviço	Não
Matriz Curricular do Curso de formação	Não
Curso de capacitação continuada desenvolvidos nos últimos 6 anos	Não
Quantidade de Guardas capacitados por curso	Não
Atendimentos realizados nos últimos 6 anos por tipo de acionamento, natureza, tempo médio de resposta e encaminhamentos adotados	Apenas 2021
Viaturas por tipo	Sim
Armamento por tipo	Não
Bases	Não
Orçamento previsto e executado nos últimos 6 anos por natureza e tipo de despesa	Apenas de 2016 a 2018, e 2021
Dados sobre a Polícia Militar	Não
Dados sobre a Polícia Civil	Não
Dados sobre a Polícia Científica	Não
Dados sobre Sistema Penitenciário	Não
Dados sobre Sistema Socioeducativo	Sim. Extemporâneo
Principais programas de prevenção à violência executados nos últimos 6 anos Por área (educação, saúde, assistência, cultura, esporte...), Descrição do programa, Tipo de intervenção, Público-alvo, Beneficiários, Orçamento previsto e executado nos últimos 6 anos	Não
Socioeducativo – medidas abertas	Não
Informações sobre violência nas escolas	Não